

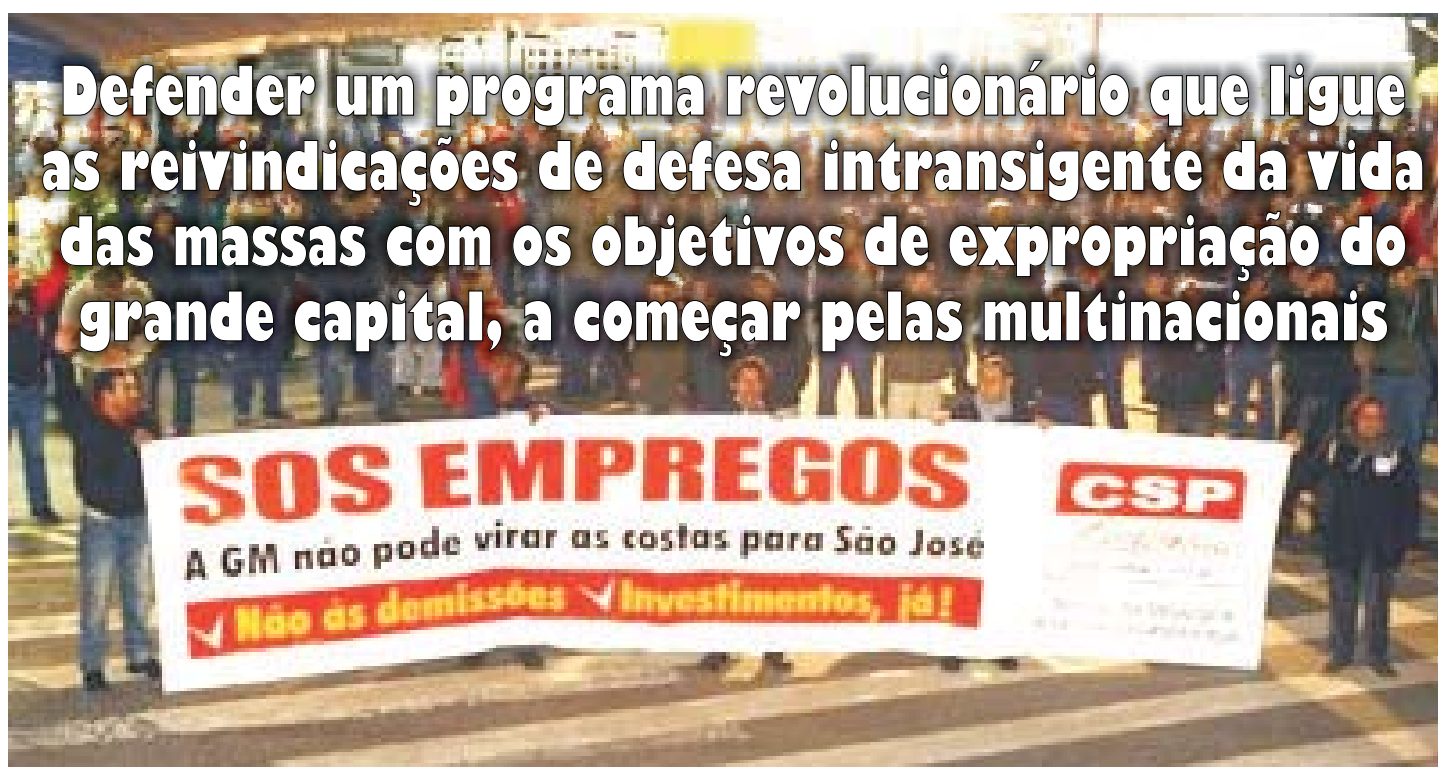


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4<sup>th</sup> MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 24 - Nº 448 - DE 03 A 17 DE FEVEREIRO DE 2013 - R\$ 3,00

## **GM impõe medidas antioperárias em São José dos Campos: demissões e redução salarial**



## **Dilma decreta o fim da reforma agrária**

## **Realizadas as Conferências Regionais do POR**

## **Ataque de Israel abre caminho para o intervencionismo imperialista. Pela autodeterminação da Síria!**

## **Todas as armas devem se voltar contra os seus opressores!**

## **Oposição revolucionária a Dilma**

# Derrota dos metalúrgicos da GM

Não resta a menor dúvida de que o acordo selado pelo Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos com a General Motors (GM) foi uma derrota para os trabalhadores.

A direção do sindicato, a Central Sindical e Popular-Conlutas e o PSTU não admitem que houve uma derrota. Consideram um mau acordo, mas que não teve como ser diferente. “Foi um acordo possível, nas condições de forças existentes” – é o que diz o PSTU. Como se vê, não é admitida a derrota.

Por que se deve reconhecer a derrota? Porque somente assim se parte da verdade, do concreto. A política revolucionária, portanto, marxista é avessa à política oportunista que esconde a verdade e o sentido exato da experiência na luta de classes. Admitindo que houve uma derrota, a análise percorre um caminho, que leva a lições necessárias ao combate do proletariado à burguesia. Ocultando a derrota, desarma a classe operária para novos enfrentamentos e dificulta saber até onde a direção sindical deve ser responsabilizada.

O “acordo possível” foi uma derrota. A direção do sindicato e o PSTU tinham a obrigação de explicar com todas as letras de que estavam assinando um acordo de derrota. Equivaleria dizer que somente a derrota era possível. Portanto, o sindicato se prostrou impotente diante da GM.

O PSTU não pode chegar a essa conclusão, estando à frente do sindicato. Comprovemos porque houve uma derrota.

A GM anunciou que iria fechar o setor de Montagem de Veículos Automotores (MVA) e demitiria 1.840 metalúrgicos. Abriu-se um conflito e negociações com o sindicato. Em 4 de agosto de 2012, fechou-se um acordo, que adia o fechamento do MVA, aplicava-se a suspensão temporária (lay off) para 799 operários, abria-se o “Programa de Demissão Voluntária” (PDV) e se manteriam as negociações até janeiro de 2013. Foi uma primeira derrota parcial: a GM fez com que 300 operários recorressem ao PDV, que se aplicasse o recurso patronal da suspensão temporária e que se mantivesse em aberto o objetivo de fechamento do MVA e demissões. Como se vê, a empresa não cedeu nada, apenas adiou seu plano. Com essa manobra, obrigou o sindicato da CSP-Conlutas a se curvar diante do PDV e do lay off.

O PSTU não reconheceu que foi uma derrota, mas uma vitória do movimento que, segundo ele, impediu o fechamento do MVA e as demissões. Agora, no acordo de 26 de janeiro, os trabalhadores submetidos ao lay off terão dois meses, em seguida poderão ser demitidos, mediante uma multa de 3 salários e, evidentemente, recebimento dos direitos trabalhistas. Há outra alternativa: o operário ameaçado de demissão dentro de dois meses poderá recorrer ao PDV, recebendo 5 salários. Com o facão no pescoço, o PDV talvez seja a forma de demissão “mais vantajosa”. O PDV tem a virtude de não parecer como demissão em massa lançada pela multinacional. Nesse caso, serve também para acobertar a responsabilidade da direção sindical. O certo é que, nesse segundo acordo, o sindicato abriu mão da defesa do restante que sobrou do primeiro acordo.

A GM não queria e não quer apenas fechar o MVA, mas também reduzir o piso salarial. Para isso, colocou na mesa também a transferência da fábrica de São José dos Campos. O argumento é conhecidíssimo – os altos salários lhe tiram a com-



petitividade. O sindicato aceitou a quebra de um dos direitos mais inalienáveis dos trabalhadores, que é a redução salarial. O piso passa a R\$ 1.800,00, quando é de R\$ 3.100,00, para os novos contratos. Essa mudança na “grade salarial” abre caminho para mais demissões, rotatividade da mão-de-obra e novas contratações sob o piso rebaixado. Uma das cláusulas dos 16 itens divulgados pelo sindicato diz: “Garantia no emprego”. Trata-se de uma formulação genérica, pois não estabelece a estabilidade de quem está no emprego e dos que entrarão. Serve para dourar a pílula.

Não faltou a aceitação do “banco de horas”, sem que o nome fosse citado. Eis: “Jornada de trabalho que possibilita duas horas extras por dia. Poderá haver folga em até 12 dias por ano, que serão compensados posteriormente.”

Em resumo: boa parcela dos 1.840 metalúrgicos já foi demitida, outra será posta na rua dentro de 2 meses, a grade salarial foi alterada em flagrante violação de direito trabalhista, a jornada de trabalho conta com vantagens ao capitalista e o setor MVA poderá ser desativado. Esse não é um mau acordo, é uma imposição da multinacional, portanto uma derrota dos operários.

## Significado político da derrota

Não se trata apenas de uma derrota econômico-trabalhista circunscrita aos metalúrgicos da GM de São José dos Campos, mas de uma derrota política diante da ofensiva das multinacionais de imporem a flexibilização do trabalho.

O sindicato dirigido pelo PSTU se destacava por resistir a essa ofensiva. Por isso, sofria e sofre ataques da CUT, Força Sindical, governo, capitalistas e imprensa. São José dos Campos foi a trincheira que permitiu ao PSTU arrastar parte das esquerdas para a cisão com a CUT e formação da CSP-Conlutas, sob as bandeiras da independência de classe dos sindicatos e de luta. Um dos pontos centrais de divergência com a burocracia direitista era o da assinatura de acordos de flexibilização do trabalho.

Ao negociar e assinar os acordos de 4 de agosto de 2012 e 26 de janeiro de 2013, a direção sindical e o PSTU renunciaram a posições anteriores. O embate com a poderosa GM foi a prova dos nove da política centrista e de burocracia de esquerda do PSTU. A assinatura de um acordo de demissão e de redução salarial fortalece a investida da burguesia contra o proletariado fabril e o conjunto dos explorados.

No dia 28, a direção do sindicato não precisou de nenhum esforço para convencer a assembleia, constituída de operá-

rios desesperançosos e politicamente desmoralizados, de que o acordo negociado era o possível e não o desejado. Votou-se a demissão e o rebaixamento do piso salarial, em nome da permanência da GM na região, de novos investimentos e de possível manutenção do setor MVA. Esse tipo de acordo tem sido imposto no ABC paulista, sob a direção do sindicato metalúrgico cutista, e em São Caetano do Sul, sob a direção da Força Sindical.

Como se vê, não se trata de uma derrota circunscrita, mas de toda a classe operária. Qualquer avanço dos capitalistas contra direitos trabalhistas e contra os postos de trabalho resulta em perda de terreno do conjunto dos assalariados. As multinacionais puseram a direção sindical do PSTU de joelhos, embora esta continue professando fé na luta contra a flexibilização do trabalho e contra as demissões. Está aí por que não admite a derrota.

## Qual foi a política da direção sindical

A direção do sindicato e o PSTU responsabilizam os metalúrgicos por não quererem ir a uma greve por tempo indeterminado. Certamente, a paralisação de duas horas, a de vinte e quatro horas, as passeatas e o bloqueio da Dutra apenas demonstraram à GM que não enfrentaria um duro confronto e que a direção sindical – tida por radical – acabaria cedendo. Por sua vez, poderia oferecer novos investimentos, como um gesto de que a planta permaneceria em São José dos Campos, de forma a colocar o restante dos operários em posição passiva diante das demissões e do possível fechamento do setor MVA.

A bandeira central da direção e do PSTU foi a de exigir que o governo de Dilma Rousseff, do PT, assinasse uma Medida Provisória (MP), impedindo as demissões, sob a alegação de que a GM recebe subsídio federal. Nesse mesmo sentido, o sindicato reivindicou que o novo prefeito petista de São José dos Campos atuasse junto a Dilma. Na última negociação, estiveram presentes representantes do governo federal e da prefeitura.

O PSTU sabe perfeitamente que os petistas fariam tão-somente demagogia e ficariam do lado da multinacional. Parece que os morenistas (centristas) não aprenderam nada com a confiança que depositaram na Justiça Federal no caso do despejo policial do Pinheirinho.

Era preciso, sem dúvida, denunciar a política do governo petista de apoiar as multinacionais e responsabilizá-lo por não fazer nada contra as demissões. Mas não fazer da denúncia uma bandeira de solução, que viria do governo comprometido com as multinacionais. Essa via indicou que o sindicato não tinha resposta proletária aos ataques da GM. E que a sua direção procurou se utilizar de ilusões democráticas existentes na classe operária e na população oprimida perante o governo petista.

Esse caminho não poderia superar a relativa indisposição da maioria em não se lançar ao combate por meio da greve por tempo indeterminado. Pelo contrário, a indiferença do governo federal quanto à bandeira de MP reforçou a descrença da maioria na resistência. Maioria que não se viu ameaçada em seus empregos, como estavam os seus companheiros do MVA. A exigência da GM em reduzir o piso salarial, no entanto, atinge o conjunto. O sindicato não foi capaz de demonstrar

aos 7.500 metalúrgicos que a mudança na grade salarial indica que haverá uma substituição dos salários atuais por salários mais baixos.

A empresa norte-americana, que sobreviveu à crise com a intervenção do governo norte-americano e com a colaboração da burocracia sindical, vem fazendo uma reestruturação de postos de trabalho e salários no mundo todo. As suas fábricas no Brasil fatalmente iriam e vão passar por esse mesmo processo de aumento da taxa de exploração do trabalho. No entanto, a direção sindical se comportou como uma direção acomodada no dia-a-dia do sindicalismo prosaico. Não preparou os metalúrgicos para enfrentar a crise, deixando que a água chegasse ao nariz para se movimentar. E quando o fez não estava de posse das respostas que a situação exigia.

O PSTU dirige por muitos anos o sindicato sem desenvolver no seio do proletariado o programa revolucionário. Não se fez um trabalho nas bases mostrando antecipadamente que os capitalistas se lançariam ferozmente contra os empregos e salários e que programa e ações responderiam. As experiências de situações contundentes como as de fechamento de fábrica e de demissões em massa demonstraram que a classe operária tem de se apresentar com bandeiras claras de contra-ataque ao capital. É o caso da reestruturação promovida pela GM. Sem que o sindicato desenvolvesse sistematicamente uma ação de propaganda, agitação e organização pela defesa dos empregos e salários, cimentados nas tarefas de preparar **o controle operário da produção, formando comitês de fábrica (no caso deveriam ser clandestinos ou semiclandestinos) e educando os trabalhadores à unidade coletiva na alegria e na dor, sem essa política não era possível organizar uma potente resistência nas atuais condições políticas imperantes.**

O PSTU, para se resguardar, publicou em seu jornal “Opinião Socialista” (de 23 de janeiro) um “programa para a GM e a indústria automotiva do Brasil”. Consta: “Não às demissões! Não ao fechamento do MVA! Abertura dos livros contábeis da GM! Nacionalização das empresas que demitirem em massa!”, entre outras reivindicações. No entanto, não se trata de despejar do céu bandeiras e tarefas, algumas delas copiadas às pressas do Programa de Transição, quando sua direção sindical se mostrou adaptada ao sindicalismo rotineiro e corporativo.

Das bandeiras ali impressas, a que serviu de fato à direção do sindicato foi a de “Edição imediata de uma medida provisória proibindo as demissões.”, criada pelo desespero do momento. O resultado final foi que o sindicato negociou um “acordo” de demissão e de redução do piso salarial.

## A política centrista para os sindicatos

É típico do centrismo – política do PSTU que oscila entre o trotskismo e o reformismo – não se responsabilizar por uma derrota, por sempre achar uma vitória na derrota e por amenizar os acontecimentos adversos ao proletariado. A avaliação de que os metalúrgicos não quiseram lutar e que por isso o mau acordo foi o que era possível livra a direção do sindicato de colocar em questão sua política. É o que procuramos demonstrar acima.

A direção do sindicato se mostrou, em boa medida, afastada das bases. Não se constituiu em uma direção político-programática dos metalúrgicos. Porém, constitui-se como uma

direção burocrática de esquerda, adaptada ao corporativismo sindical. É o que explica sua falta de autoridade política perante os operários, própria da direção revolucionária.

A pressão da crise e a ofensiva capitalista a obrigaram a fazer o contrário do que defendia, admitindo no “acordo” medidas de flexibilização do trabalho, defendidas pela burocracia direitista. Na prática, negociou por cima dos operários as medidas antioperárias e as apresentou não como uma derrota, mas como um mau acordo possível.

Nota-se que a política centrista para os sindicatos comparece como crítica ao capitalismo, à exploração do trabalho e às medidas patronais, mas não organiza a classe operária (no caso a fração que dirige) sobre a base do programa, das bandeiras e dos métodos que levam ao combate anticapitalista.

Na época imperialista, a estatização dos sindicatos é o que caracteriza o controle da classe operária pela burguesia. É o que se passa com os sindicatos cutistas, forcistas, cetebistas, etc. Não é possível a uma direção centrista, portanto de esquerda, manter a independência do sindicato e torná-lo instrumento da luta de classes do proletariado. Assim que a crise aperta o cerco e os capitalistas necessitam impor seus planos, a direção centrista se mostra incapaz de levar os explorados ao combate, uma vez que não desenvolveu em seu seio o programa, a organização revolucionária e não formou uma fração com consciência de classe (socialista).

Cercado por todos os lados pelo sindicalismo pró-patronal e pró-governamental, a direção centrista não pode romper o isolamento, por não ter desenvolvido uma política revolucionária nas entranhas do proletariado. Os metalúrgicos da GM não contaram com o auxílio dos operários, mesmo os da região, mesmo os vinculados ao sindicato metalúrgico. O centrismo, assim, foi em busca das ilusões eleitorais despertadas pelos governos do PT, como único recurso e solução.

É preciso que se considere a cisão da CUT promovida pelo PSTU. A formação de um novo aparato de Central (CSP-Conlutas) expressou a negação em constituir uma fração programática revolucionária no interior dos sindicatos estatizados. Essa diretriz pesou no isolamento dos sindicatos controlados pela CSP-Conlutas perante o restante da classe operária e setores da pequena-burguesia. Uma direção revolucionária que se imponha nos sindicatos em oposição às direções reacionárias somente pode ser uma conquista do partido revolucionário. O PSTU, no entanto, se constituiu como partido sem programa definido (programa não é lista de reivindicações, nem documentos conjunturais) e ganhou importantes posições em alguns sindicatos, entre eles o sindicato metalúrgico de São José dos Campos. A necessidade de controlar aparatos sindicais a qualquer custo caracteriza o centrismo partidário. Não por acaso, adaptado ao eleitoralismo, embora o PSTU diz que aplica o leninismo.

O centrismo não pode sobreviver por muito tempo na direção dos sindicatos em situação de crise, de ataque brutal dos capitalistas aos empregos e salários e de choque de classes. A razão está em que não pode responder com o programa revo-

lucionário e tende a se sujeitar às pressões da burguesia. Os “acordos” do de 4 de agosto e 26 de janeiro são apenas uma pequena prova pela qual está passando o centrismo.

Qualquer que seja a direção que não tenha sido elevada ao sindicato sobre a base do programa revolucionário, dos métodos de luta do proletariado e da luta de classe, acabará por se adaptar ao sindicalismo rotineiro, burocrático (ou semiburocrático) e, finalmente, se curvará diante da ofensiva patronal e da falta de confiança dos operários em sua direção.

## Rechaçar o ataque da direita

A direita burguesa atribui ao “radicalismo” do Sindicato Metalúrgico e do PSTU o fato da GM não investir na ampliação de sua planta em São José dos Campos. Isso prejudicaria os trabalhadores porque a empresa deixava de abrir mais empregos. Pede que o governo reprima as medidas de bloqueio da Dutra.

Segundo os porta-vozes das multinacionais, que são muito bem remunerados pelos seus anúncios nos jornais, é inevitável que as montadoras reduzam seus custos operacionais e aumentem a produtividade, de forma a garantir seus mercados altamente disputados. Para isso, aconselham que o sindicato e a patronal devem discutir com “serenidade” as mudanças na indústria e nas relações de trabalho.

O jornal-partido O Estado de São Paulo concluiu em seu editorial: “No caso de São José dos Campos, no entanto, discussões como essas, embora inevitáveis no processo de transformações por que passa a indústria em todo o mundo não avançam, por causa do radicalismo da direção sindical, dominada por representantes do PSTU e seu braço sindical, Conlutas”.

Em contrapartida o jornal cita o bom exemplo da burocracia cutista: “Houve tempo em que sindicalistas do ABC agiam de modo semelhante e levaram as empresas a reduzir seus programas de investimentos na região e até a estudar a possibilidade de fechamento de fábricas. Felizmente para essas regiões e para os metalúrgicos, novos dirigentes sindicais souberam compreender as mudanças na economia mundial, que exigem cada vez mais eficiência e menores custos, e se adaptaram a elas, com benefícios para empregados, empregadores e para a economia local”.

Baseado no amplo processo de colaboração de classes no ABC paulista e na resistência do sindicato de São José dos Campos em fazer o mesmo, o editorial o responsabiliza: “Resistente a qualquer iniciativa da empresa na área trabalhista, o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos está forçando a GM a reduzir paulatinamente suas atividades na cidade, deslocando-a para outras unidades, como as de São Caetano do Sul (SP), Joinville (SC) e Gravataí (RS)”.

Mentir contra a luta da classe operária e exigir que o Estado reprima suas ações é uma das funções primordiais da imprensa burguesa. Os assalariados não têm nenhuma responsabilidade pela concorrência entre os capitalistas. Pelo contrário, sempre são vítimas.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**



A burguesia nacional e seu Estado oferecem enormes vantagens para as multinacionais (capital imperialista), que lucram barbaramente e saqueiam boa parte da mais-valia produzida pelos operários, remetendo-a para seus países. Importantes vantagens têm sido oferecidas pelos governos dos estados, para que as montadoras transfiram seus negócios. Uma farta e mais barata mão-de-obra é garantia de que a superexploração poderá dar altos lucros. A GM pode impunemente ameaçar com a transferência de sua fábrica de São José dos Campos para Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. E se pretender outro estado, poderá escolher a melhor proposta feita pelos governadores. É bom lembrar que diante da “guerra fiscal”, setores da burguesia procuram coibir. No entanto, quando uma multinacional se lança a demitir e a exigir do sindicato que aceite a redução salarial, os bancos de hora e outras medidas antioperárias, esses mesmos burgueses acusam sua direção de responsável pelo que a multinacional vier a fazer.

Tomemos o fundamental do ataque dos porta-vozes das multinacionais ao “radicalismo” do PSTU. É necessário de fato ser radicais contra a ofensiva do grande capital contra a vida da classe operária. A destruição de postos de trabalho, aumento do desemprego, precarização do trabalho, destruição de conquistas trabalhistas e rebaixamento dos salários constituem a tendência dominante na economia mundial, que se desintegra com a crise de superprodução. **É urgente defender um programa revolucionário que ligue as reivindicações de defesa intransigente da vida das massas com os objetivos de expropriação do grande capital, a começar pelas multinacionais.** Há um duro caminho a ser percorrido, para derrotar as direções burocráticas e traidoras da CUT, Força, etc., que submetem os sindicatos aos ditames do capital imperialista. A derrota dos metalúrgicos da GM atrasa essa luta, uma vez que sua direção se mostrou incapaz de ser verdadeiramente radical.

## Enfrentar os novos ataques

Tudo indica que o conflito na GM apenas começou. A multinacional tem em seus planos uma mudança no padrão salarial e pretende alcançar o mesmo nível de flexibilização imposta pelas demais montadoras do ABC. O “acordo” sobre o setor MVA vale até dezembro. O mais provável é que a GM se desfaça dos 750 operários da produção do Classic.

A indústria automotiva tem de manter as vendas em alta, em 2013. Caso contrário, vem abaixo a conciliação da burocracia cutista e forcista, assentada na não demissão em massa. A Mercedes Benz acaba de reincorporar 1500 metalúrgicos que estavam em regime de lay off. A multinacional usou a ameaça de demissão para conseguir novas concessões do governo petista. Os burocratas serviram em regra à empresa alemã. A assembleia na Mercedes, do dia 28 de janeiro, no mesmo dia da dos metalúrgicos da GM, foi comemorada como uma vitória da linha de conciliação, considerada acertada pelos membros do Comitê Sindical de Empresa (órgão da burocracia) e pela direção do sindicato. O que se evidenciou foi que, caindo a venda de caminhões, a solução da empresa foi a de suspender os operários da produção, com o Tesouro arcando em parte com os salários. E caso o excesso de produção continuasse? A Mercedes tinha como solução as demissões, que seriam finalmente negociadas, como fez a direção do sindicato de São José



dos Campos. E se a crise for mais abrangente, atingindo o conjunto das montadoras – os capitalistas recorrerão aos cortes de emprego.

A burocracia petista conta com o prolongamento indefinido do quadro de conciliação e servilismo sindical, montado no último período. Não é o que deve ocorrer. Há um gigantesco excesso de produção mundial, que apenas começou a impactar as montadoras implantadas no Brasil. Para a GM trata-se da contingência de romper a resistência do sindicato de São José dos Campos em se alinhar à burocracia cutista-forcista e em bloquear as medidas de flexibilização, que se generalizou nas montadoras.

Um duro golpe foi dado nessa resistência. Mas não o suficiente. Outros ataques virão. É necessário que a militância no sindicato, no PSTU e na CST-C, que consiga avaliar os graves erros cometidos pela direção e entender os perigos da política centrista, se coloque por reconhecer que houve uma derrota e que é necessário revertê-la. 1. Explicar para os operários que não foi apenas um mau acordo, mas uma derrota; 2. Expor as razões políticas da derrota, assumindo a responsabilidade da direção; 3. Estabelecer uma campanha em defesa dos empregos e salários; e pelo esmagamento da ofensiva patronal em implantar a flexibilização do trabalho; 4. Assumir a bandeira proletária de “emprego não se negocia, se defende com a greve, com a ocupação de fábrica e com o controle operário da produção”; 5. Desenvolver as reivindicações de estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução salarial e fim do desemprego, implantando a escala móvel das horas de trabalho; 6. Levantar as bandeiras de expropriação sem indenização das multinacionais e estatização, sob o controle operário; 7. Convocar plenárias operárias e populares para organizar a campanha de massa em todo o País; 8. Realizar um trabalho de propaganda e agitação nos centros fabris, especialmente entre os metalúrgicos do ABC e São Paulo. 9. Exigir perante a classe operária que as direções rompam com a conciliação de classe e estabeleçam uma frente única sindical em defesa dos empregos e salários.

Temos a certeza de que uma vigorosa campanha com esse conteúdo de classe e com esse método abrirá um caminho promissor para a resistência operária a novos ataques e para uma contra-ofensiva revolucionária perante a classe capitalista e seu governo.

# O quadro político em que se insere a luta operária em São José dos Campos

O problema das demissões em grande escala da classe operária metalúrgica colocou-se novamente em 2012, como já havia sido posto em 2008, início da crise econômica mundial. Naquela ocasião (2008) muitos sindicatos operários dirigidos pela Força Sindical e CUT assinaram acordos de flexibilização das leis trabalhistas sob a alegação de que se “preservavam empregos”. Em troca da estabilidade no emprego por alguns meses, foram negociadas horas-extras, diminuição dos pisos salariais, congelamento, suspensão temporária do trabalho e redução das jornadas com redução dos salários. Na situação, CUT e Força Sindical mostraram mais uma vez seu papel conciliador com o grande capital, com os interesses das multinacionais e o papel de traição frente à defesa intransigente do emprego e dos salários.

Passada a turbulência de 2008 e 2009, houve a expectativa de que a situação da crise mundial tinha chegado a um “bom termo”: a produção e o crescimento dos gigantes como EUA e China foram restringidos e foram afetadas com mais intensidade “apenas” as forças produtivas dos países da zona do Euro. O Brasil caminhava para se consolidar entre as maiores economias, o desemprego estava controlado e a economia voltaria a crescer como no período de 2003 a 2008. Nada mais falso, mostrou a realidade.

Sob a superfície de estabilidade, tendências mundiais de desagregação do consumo e da produção no interior do sistema se processavam. O ano de 2012 estampou o horror do desemprego, da falência e dos Estados quebrados na Europa. No Brasil, por quatorze meses, o setor industrial mostrou retrocesso e fechou o ano de 2012 com 2,4% de retração.

Nesse quadro, onde nas camadas estruturais do sistema projetava-se mais crise, estagnação e tendências destruidoras, mantinha-se a ilusão de que as demissões em massa não mais se colocariam. Os governos Lula e depois Dilma atuaram nesse sentido para impedir rachaduras na superfície de “estabilidade”. A ajuda direta e indireta ao capital industrial e financeiro potencializou os ganhos de uns e estagnou as perdas de outros. Mas o fôlego dessa política logo mostrou-se insuficiente diante dos traços mais desintegradores da crise mundial. Em tal conjuntura, as multinacionais atuaram em dois planos: no *lobby* junto ao governo e nos planos de reestruturação produtiva, com a intenção objetiva de diminuir o custo da mão-de-obra e aumentar a exploração do trabalho.

De 2008 para cá (bem como antes da crise arrebentar a superfície de crescimento mundial), CUT e Força Sindical foram testadas nos setores operários. Demonstraram seu papel de burocracias ligadas ao poder do Estado e, portanto, à submissão aos ditames capitalistas (e, no caso de um país atrasado como o nosso, aos ditames do capital imperialista expresso nas multinacionais). Deram prosseguimento à política de “flexibilização do trabalho” em voga desde os primeiros acordos com as câmaras setoriais da década de 90. Colocam-se agora como ponta de lança das mudanças na legislação trabalhista, com a proposta do ACE (Acordo Coletivo Especial) feito pelo sindi-

cato metalúrgico do ABC.

A CTB, fração divisionista da CUT criada pelo aparelhismo do PCdoB, não ganhou projeção porque não comparece dirigindo os principais sindicatos operários do país. Não duvidamos, no entanto, que sua política diferisse das desenvolvidas pela dupla Força/CUT.

Faltava, é claro, quebrar a CSP-Conlutas como polo de oposição a essa política conciliadora. O Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos e Região esteve historicamente vinculado à direção do PSTU – antes e depois da ruptura com a CUT. Divergente foi sua política de se opor ao “banco de horas”; uma política que se confrontava com os patrões, com os governos coniventes e diretamente com as duas maiores centrais, alinhadas com o governo Lula. Foi o suficiente para que ganhasse projeção como ponto de oposição à política de flexibilização do trabalho.

Entretanto, isolada e sem contar com uma direção revolucionária, que capitulou diante da Reforma Sindical proposta pelo governo, cindindo com a CUT, a CSP-Conlutas (sob direção do PSTU) não teve como responder à altura ao ataque desferido pela General Motors no segundo semestre de 2012: o anúncio da demissão de mais de 1800 operários da fábrica na cidade de São José dos Campos (interior de SP).

Diante do baque da demissão em massa, a direção do sindicato, a direção da Conlutas e, em última instância o próprio PSTU, acatarem a medida da empresa. A suspensão do trabalho por alguns meses de mais de 700 operários apareceu como a “saída” para a imediata ameaça de desemprego.

De agosto de 2012 para cá, muito se falou sobre o problema, mas efetivamente pouco se fez. Comparece o “Janeiro Vermelho” do sindicato metalúrgico como uma tentativa desesperada e condiciada já à corda no pescoço dos trabalhadores da fábrica.

Dirigir um sindicato, ou um conjunto deles, em uma região somente, isolada do conjunto da classe operária não é uma tarefa fácil. Não duvidamos que a direção dos metalúrgicos de SJC tenham colocado como central para sua sobrevivência enquanto direção política a questão dessas demissões. Elevar uma questão sindical à questão central da própria direção é reconhecer seus impactos imediatos e mediatos na luta de classes contra os patrões e governo e na luta política contra as demais Centrais e partidos que lutam para derrotar a CSP-Conlutas e tomar os sindicatos metalúrgicos de sua mão.

Frente, entretanto, a essa monumental tarefa, a política adotada foi pífia, quando não abertamente impotente. Representou os limites do centrismo da direção da CSP-Conlutas. A capitulação, em agosto, em relação à suspensão do trabalho e à abertura de um PDV para o setor de montagem (MVA) foi justificada como “tática”: meio de organizar e fortalecer a luta pelo emprego a todos os operários da GM, bem como das empresas ligadas a ela que terão inevitavelmente o mesmo caminho.

O que poderia configurar “recuo tático” na visão dos

centristas, significou na realidade o início da derrota do movimento político. A suspensão de mais de 700 operários e a “demissão voluntária” de mais de 300 condicionou o movimento desses meses. Se não estava colocada a unidade de todos os operários da fábrica (e, quiçá, da região dirigida pelo mesmo sindicato), instaurou-se, com o acordo de agosto, a divisão mesmo entre os diretamente envolvidos no anúncio de demissão.

Caracterizamos corretamente que o PDV aberto com o acordo foi um processo de demissão – não voluntária – mas imposta pelas condições de inexistência de um movimento já de luta. Os cerca de 1500 operários cujos empregos foram postos a perigo agora em fins de janeiro de 2013 eram parte do contingente ameaçado pelo desemprego pelos anúncios públicos dos diretores da empresa. A GM, inclusive, chegou a cogitar a hipótese de fechar todos os postos de trabalho (em torno de 7500) com o remanejamento da produção para outras plantas da empresa. Mais desemprego pela frente foi o resultado desse primeiro “recuo tático” da direção da CSP-Conlutas.

Os meses se passaram e as negociações entre sindicato e empresa foram deixados para o último mês do acordo. Por parte da GM, tratava-se de formalizar o que já estava definido: rebaixar salários, impor bancos de horas, quebrar a resistência desse setor operário harmonizando-o ao conjunto dos metalúrgicos, disciplinados pela política conciliadora da CUT/Força Sindical. Para o sindicato da CSP-Conlutas, o mês de janeiro representou a tentativa de denunciar a empresa e o governo federal e alcançar um acordo que menos prejudicasse o total dos operários da fábrica. De um lado e de outro, haviam interesses corporativos. Por parte dos capitalistas, isso é completamente justificável na lógica do lucro, da extração de mais-valia e na disputa de mercado com outros capitalistas do setor; por parte da direção sindical, significou ignorar o que representava concretamente quebrar a resistência desse setor de vanguarda do movimento operário, rebaixando sua projeção ao nível do local e ao da defesa “da cidade” - como propagandearam os sindicalistas nos principais meios de comunicação ao longo do mês. Na luta entre interesses corporativos, a “corporação” dos capitalistas, das multinacionais, ganha facilmente. A guerra já estava perdida.

Assembleias sem debate de proposições, passeatas limitadas à denúncia da empresa e do governo federal, e a insistência do sindicato para que houvesse intervenção da prefeitura local condicionaram o movimento. Algumas ações mais radicalizadas como a interrupção do trabalho em um dos turnos da fábrica (por duas horas), o bloqueio da rodovia Dutra (por uma hora), a greve de um dia e a promessa de greve por tempo indeterminado se perderam no conjunto das medidas “táticas” adotadas. A radicalização não era um meio para impor um calendário de lutas e uma negociação sob a base da mobilização unitária dos operários, mas apareceu como um ameaça, aparentemente, desprovida de conteúdo material que se chocasse de fato com o governo e a empresa capitalista.

O resultado dessa mobilização no mês de janeiro foi condicionada pelas reuniões definidas pela GM para entrar em um “acordo”. Esse acordo foi apresentado e divulgado amplamente no dia 26, último dia de “negociação”.



Entre os pontos apresentados, o mais grave é que o sindicato, depois do “recuo tático” em agosto, parece ter aberto mão do ponto central estratégico nessa luta: não ceder quanto à demissão de um operário sequer. Isso já se colocava embrionicamente com a aceitação passiva do PDV, contudo agora representou a aceitação de que as demissões imediatas, projetadas para o fim do mês de janeiro, foram postergadas por dois meses, com manutenção da suspensão do trabalho. O desemprego de mais de 700 trabalhadores ocorrerá não mais em janeiro mas claramente em fins de março, caso não seja retomada a luta pelos próprios operários. Quanto ao setor de montagem dos automóveis (MVA), deve ser encerrado, como desejava a empresa, até dezembro de 2013. Portanto, a demissão dos 1800 esteve e está colocada ainda. Adiou-se o problema e os planos da multinacional em nada foram alterados. Apenas o que houve nesse processo foi a quebra política da direção do sindicato dos metalúrgicos controlado pela CSP-Conlutas.

A assembleia do dia 28, diante do acordo entre líderes sindicais e a empresa, acatou a posição da direção. Com poucas abstenções, os milhares de operários votaram pela aceitação do acordo que aprofunda o caminho da flexibilização, do rebaixamento salarial (o piso inicial passa de R\$ 3100,00 para R\$ 1800,00) e abre o flanco da política da direção da CSP-Conlutas, a qual deve sofrer as consequências na disputa com as demais Centrais.

Esses são os elementos fundamentais desse quadro que se abriu com as demissões na classe operária. Em cena, ainda aparecerão mais conflitos – não só na região industrial do Vale do Paraíba em São Paulo como em outras regiões do estado e do país. Sem a política revolucionária, sem a adesão firme aos métodos da ação direta, sem a política de unidade da classe operária, veremos mais e mais capitulações, enquanto cresce a voracidade dos capitalistas sobre o trabalho do proletariado nacional. Essa é também uma das facetas da crise mundial do capitalista – etapa da luta de classes em que estamos inseridos.

# A luta dos metalúrgicos de S. José dos Campos

Desde o segundo semestre de 2012, os metalúrgicos da cidade de São José dos Campos, região localizada no Vale do Paraíba/SP, vem debatendo as demissões da General Motos do Brasil, previstas desde o mês de julho.

Em agosto, a GM anunciou que fecharia o setor MVA (Montagem de Veículos Automotores) da fábrica e que demitiria mais de 1840 trabalhadores. Em 4 de agosto, um acordo entre o sindicato e a empresa freou as demissões com a aceitação da suspensão de trabalho de uma parcela (lay-off) e abertura do Programa de Demissão Voluntária (PDV). O resultado foi que mais de 300 operários entraram no programa e a debate sobre as demissões foi adiado para janeiro, quando no dia 26 cessaria o acordo firmado.

A direção do sindicato, depois de algumas tentativas de conversa com o governo federal para intervir sobre a situação ainda em 2012, resolveu apresentar a campanha de mobilização para janeiro, intitulada “Janeiro Vermelho”. Algumas assembleias, passeatas e reuniões estavam previstas.

No dia 10, foi realizada uma assembleia na sede do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos. A assembleia tinha o objetivo de definir novos rumos na luta contra a multinacional. Iniciou-se com um informe do valor a ser pago da PLR nesse semestre. Tal anúncio foi exaltado como uma “vitória da categoria”. A assembleia foi rápida, com alguns informes da direção e não houve debate de propostas, pois o objetivo era a passeata até a Prefeitura de São José dos Campos para exigir do prefeito eleito, Carlinhos Almeida, do PT, um apoio contra as demissões.

As falas dos dirigentes tanto na assembleia ligeira quanto na caminhada reforçavam dois aspectos; o primeiro é que a GM se beneficiou do crescimento econômico e da ajuda governamental e o segundo, que o governo de Dilma deveria intervir editando medida provisória garantindo os empregos. Os operários marcharam sob chuva até a prefeitura, onde o prefeito reforçou ser “solidário” à luta, mas afirmou não poder fazer nada além da conversa, pois se tratava de uma “política da empresa”.

Nesse ato público, em frente à Prefeitura, com cerca de 300 pessoas, vários sindicatos manifestaram o seu apoio aos trabalhadores. O POR esteve presente manifestando também o seu apoio e lembrando que a classe operária constitui o coração da produção capitalista, surgindo daí a necessidade da radicalização que opõe patrões e trabalhadores com a adoção dos métodos da ação direta, como o bloqueio das rodovias e mesmo a ocupação da fábrica, caso a GM mantenha as demissões. Podemos também denunciar o papel do governo que é de apoio às multinacionais e contra os trabalhadores. Por fim, ressaltamos a importância da unidade da luta com os demais setores que também vêm sofrendo com as demissões.

Depois do dia 10, nova assembleia e passeata pela cidade foram realizadas, marcadas para o dia 17. A concepção desse dia na campanha era divulgar o movimento e buscar solidariedade com outros setores da cidade, por isso a passeata acabou na frente da Associação Comercial para exigir apoio contra as demissões. O sindicato se baseou na noção de que o desemprego desses mais de mil operários afetaria outras empresas

e outros empregos, bem como afetaria o comércio da região. A conclusão era correta, mas não houve, na ocasião, qualquer chamado público para uma luta unitária entre operários da GM e de outras empresas, nem tampouco dos operários com os trabalhadores do comércio, por exemplo.

No dia 18, cerca de 4 mil metalúrgicos fizeram uma paralisação de 2 horas no primeiro turno da GM em solidariedade aos companheiros que estavam afastados e em protesto contra as demissões. Para a direção sindical, a paralisação aparecia como uma forma de pressão em um dia de negociação com a direção da empresa.

No dia 22, os trabalhadores da GM entraram em greve por 24 horas e ocuparam a Rodovia Presidente Dutra por uma hora, como forma de pressionar o governo federal a proibir as demissões. A bandeira central dessa paralisação e do bloqueio foi a defesa da edição da medida provisória para a estabilidade dos trabalhadores. É bom lembrar que tanto uma quanto a outra atividade foram divulgadas no próprio dia; não foi possível, logo, que outros movimentos, sindicatos e partidos se juntassem à mobilização. Mais uma vez, o dia serviu de pressão para a negociação que ocorreria com a direção da GM no dia 23.

No próprio dia 23 de janeiro, foi realizada uma campanha denominada “Dia de Ação Global contra os ataques da GM”. Sindicatos de oito países manifestaram apoio à luta dos operários de São José dos Campos. Não houve manifestações internacionais, com protestos, passeatas ou paralisações, mas a manifestação do apoio por parte de sindicalistas. O movimento “global” também mostrou-se isolado, embora partisse do princípio correto do internacionalismo e da solidariedade da classe operária.

No dia 26, depois de nove horas de negociação entre sindicato, GM e governos municipal e federal, chegou-se a um acordo que incluiu pelo menos dezesseis pontos, entre os quais destacam-se três eixos: a) a possibilidade de demissão de uma parcela daqui a dois meses (com a manutenção da suspensão do trabalho) e o fechamento do setor de montagem em dezembro; b) a mudança da grade salarial, com redução do piso; e (c) o investimento em alguns setores, debate sobre o dissídio e negociação com o sindicato.

No dia 28, no 1º turno, com quase 5 mil operários, a assembleia abriu-se com o informe da negociação e os pontos aprovados no acordo. Tanto o presidente do sindicato quanto o representante da Conlutas, Zé Maria, salientaram que se tratava de uma concessão, de um “acordo possível”, que não expressava nem a integridade das propostas do sindicato nem a integridade das propostas da GM. Com apenas algumas dezenas de abstenções, a proposta de acordo foi votada e encaminhada já como vitoriosa para o 2º turno, no período da tarde.

Embora o sindicato afirme que a luta permanecerá e, sem dúvida, a luta dos metalúrgicos na região continuará com mais ataques da patronal, o fato é que houve depois desse processo de mobilização fraca e condicionada a bandeiras ilusórias, uma derrota dos operários da GM e uma derrota da classe operária em geral, porque abriu espaço para uma ação maior das multinacionais com o objetivo de diminuição de gastos e de aumento da exploração do trabalho.



## Metalúrgicos da GM de São José dos Campos em luta

# Dia de Ação Global contra os Ataques da GM

## Manifesto do Partido Operário Revolucionário (23/01/13)

### Aos operários e à população oprimida

As negociações do Sindicato Metalúrgico com a GM para se evitar o fechamento de todo um setor da fábrica e a demissão de centenas de trabalhadores chegaram a um impasse. A gigante norte-americana está decida destruir postos de trabalho. A direção sindical se mostrou propensa a ceder em parte às exigências da multinacional. Mas a multinacional quer a capitulação total. Quer que os metalúrgicos aceitem redução salarial e se submetam ao “banco de horas”. Esse mecanismo serve para proteger a empresa da crise de superprodução, aumentar a exploração do trabalho e garantir seus altos lucros.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC aceitou essa imposição das montadoras, inaugurando os “acordos” de flexibilização. Nem por isso as demissões deixaram de ocorrer. A GM de São José dos Campos tentou arrastar o sindicato para a flexibilização, mas não teve êxito. Com a crise apertando o cerco, no ano passado, anunciou a demissão de 1.500 operários, que resultaria do fechamento do setor que produzia o Classic.

Diante da mobilização da fábrica, a Justiça do Trabalho mediou um acordo de suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off) e de abertura do programa de demissão “voluntária”. Em contrapartida, a GM manteria em funcionamento o setor de produção do Classic. Nesse ínterim, haveria novas negociações, que agora ocorrem.

A montadora conseguiu que 300 metalúrgicos solicitassem a demissão “voluntária”. Cerca de 700 que entraram em lay-off poderão não mais voltar aos seus postos e muitos outros que estão trabalhando terão o mesmo destino. Calcula-se que a meta dos capitalistas é a de pôr na rua 1.598.

Nas novas negociações, a GM diz que o sindicato não fez nenhuma proposta concreta. E a direção sindical, por seu lado, afirma que já admitiu negociar “uma nova grade salarial para a fábrica”. Mesmo que o sindicato venha cedendo passo a passo, a montadora não diz uma palavra em manter os empregos. Os capitalistas sabem que, sem uma greve ativa, com ocupação da fábrica, bloqueios e manifestações, pode exigir mais e mais. E, se tiver em seus cálculos comerciais fechar o setor e transferi-lo para outra planta em que os salários são mais baixos, terminará por cumprir sua meta de demissão.

As concessões feitas pelo sindicato - filiado à Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-C) -, em agosto de 2012, demonstraram à multinacional que pode avançar muito mais. As paralisações temporárias e parciais, bem como os bloqueios da Dutra, não foram suficientes para obrigar o patronato a recuar. Entregues os anéis, os capitalistas avançam vorazmente sobre os dedos.

Mais uma vez se repete o agosto, a GM foi paralisada por 24 horas e a Dutra serviu de palco de protesto. Tudo volta à normalidade às vésperas de mais uma rodada de negociação. Negocia-se a manutenção de empregos em troca de redução de salários e sujeição da jornada de trabalho às metas de produção da montadora.

Os metalúrgicos da GM estão diante de uma situação decisiva: ou decidem enfrentar os exploradores inflexíveis, ou pagarão com mais demissões em massa. Dizemos mais demissões, porque os 300 que se sujeitaram ao PDV, fazem parte do acordo de agosto. O próprio sindicato divulgou a estimativa apurada pelo Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de que entre agosto de 2011 e novembro de 2012 a empresa demitiu 1.297.

O sindicato cobra da presidente Dilma Rousseff que emita uma Medida Provisória proibindo as demissões na GM. O seu diretor,

Antonio Ferreira de Barros, argumenta que a montadora recebeu incentivos fiscais do governo e que não está respeitando as condições estipuladas. Pouco significado prático tem, porém; em contrapartida, expõe a fraqueza da direção sindical em organizar a luta fabril, única via para bloquear o ataque patronal.

A tormenta vivida pelos operários da GM de São José dos Campos tem a ver com a situação geral do movimento operário. Por um período de 15 anos, os sindicatos, extremamente burocratizados, reforçaram o refluxo dos explorados e aproveitaram para promover os acordos de flexibilização trabalhista. Pode-se afirmar com segurança que a direção petista/cutista do Sindicato Metalúrgico do ABC levou o destacamento mais avançado do movimento operário a derrotas, curvando-se aos ataques da Volkswagen, Mercedes, Ford, etc aos empregos e assinando acordos de flexibilização (banco de horas, com redução salarial, lay-off, metas de produção).

A colaboração com o capital internacional se projetou calamitosamente para o conjunto da classe operária. As inúmeras multinacionais decidiram se instalar em outros estados, servindo-se do apoio de governadores e das vantagens da mão-de-obra mais barata. Os burocratas sindicais ficaram encolhidos como bons serviçais diante dessa diretriz das multinacionais, cujos custos à classe operária são altos.

Daqui para frente, com o esgotamento do crescimento vertiginoso das vendas automotivas, a tendência é das multinacionais baixarem o preço da mão-de-obra e demitirem. Alguns sinais foram emitidos pela Mercedes Benz em São Bernardo do Campo. A GM, sem dúvida, está determinada a implantar seu plano de racionalização capitalista.

É preciso olhar com atenção o que se passa na França com o fechamento de fábricas. A Peugeot e a Renault estão golpeando sem piedade os metalúrgicos. Deslocaram-se para o Brasil e outros países em busca de mão-de-obra barata e mercado, não se importando com os empregos dos operários franceses. A classe operária é internacional, deve se unir, vencendo a divisão imposta pela burguesia e pelas burocracias sindicais. Na presente situação, as bandeiras que unem a classe operária são da defesa dos empregos e salários, bem como o fim da flexibilização do trabalho.

Hoje, dia 23, se realiza o **Dia de Ação Global contra os Ataques da GM**. Caso os sindicatos levassem a sério a manifestação internacional, poderia ser o ponto de partida para novas lutas unitárias e internacionais. Era para a CSP-Conlutas, CUT, demais centrais, sindicatos e correntes de esquerda estarem realizando uma grande manifestação no País e principalmente em frente à GM. É importante que os metalúrgicos decretem a greve por tempo indeterminado, que constituam o comitê de mobilização e partam para cima da multinacional, que não se importa em nada com o que acontecerá com os demitidos.

*Que Sindicato Metalúrgico de São José convoque todos os sindicatos, centrais e partidos de esquerda para um grande movimento de resistência às demissões. Que o sindicato não assine nenhum acordo de flexibilização! Que lance a bandeira de estabilidade no emprego, redução da jornada, sem reduzir os salários e emprego a todos, implantando-se a escala móvel das horas de trabalho (repartição das horas nacionais entre todos aptos ao trabalho).*

**Viva a luta dos metalúrgicos de São José dos Campos!  
Toda força ao Dia de Ação Global contra os Ataques da GM!  
Por uma frente única sindical para derrotar a GM e pôr abaixo os planos de flexibilização trabalhista!**

**Bahia**

# Somente com organização e luta é possível barrar as demissões na Vulcabrás-Azaleia

A Vulcabrás-Azaleia é a maior empregadora do ramo calçadista na América Latina e uma das dez maiores do mundo. A empresa pertence à família gaúcha Grendene e detém inúmeras marcas de calçados no país. Exporta para diversos países e, antes do início da crise financeira de 2008, chegou a ter 26 fábricas no país (Bahia, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Sul), uma na Argentina e uma na Índia, com mais de 35 mil empregados.

Desde 2007, com a consolidação da mega-companhia com a compra da Azaleia pela Vulcabrás, graças ao aporte de R\$314 milhões feito pelo BNDES, a empresa é beneficiada com medidas comerciais e fiscais no governo federal. Em 2009, diante dos prejuízos causados pela crise internacional e da investida da China no ramo calçadista nacional, o governo implementou medidas protecionistas que taxavam em US\$13,85 o par de calçados. Em 2011, o setor foi novamente agraciado com desoneração fiscal sobre a contribuição previdenciária patronal, após pressionar o governo por medidas de “proteção” da competitividade ante o mercado chinês.

Apesar dos favores concedidos à empresa e a todo o ramo calçadista desde os primeiros sinais da crise internacional e do avanço das exportações chinesas, que têm como contrapartida a expansão da atividade e garantia de empregos, a Vulcabrás-Azaleia, desde 2002, apresenta demissões em massa, prejuízos e poucos anos de crescimento. Em 2010, após rápido fôlego da indústria em solo nacional, a Vulcabrás-Azaleia registrou lucro de R\$141,2 milhões. Em 2011, no entanto, voltou a apresentar prejuízo, de R\$316 milhões e, em 2012, registrou novo prejuízo de R\$232,5 milhões (de janeiro a setembro).

Os negócios da Vulcabrás-Azaleia com o estado capitalista brasileiro não encontram saída à crise internacional, oneram o Tesouro Nacional e descarregam sobre os ombros de seus assalariados todo o peso da crise capitalista. Expõem, de um lado, a debilidade das políticas econômicas do país semicolonial ante a crise internacional, assim como de sua “indústria nacional” e, por outro lado, o caráter burguês do governo petista, que parte em socorro aos capitalistas, relegando os trabalhadores ao desemprego.

Em novembro de 2008, já no início da crise financeira, a empresa fechou a fábrica de Portão, no Rio Grande do Sul, demitindo 400 funcionários. Em fevereiro de 2009, concedeu férias coletivas a 2.300 trabalhadores nos pólos calçadistas da Bahia e do Rio Grande do Sul. Em julho deste mesmo ano, anunciou



a demissão de 600 trabalhadores em sua fábrica em Parobé, no Rio Grande do Sul. Em maio de 2011, foi fechada a unidade adquirida da Azaleia, também em Parobé, com a demissão de 800 funcionários. Durante todo o ano de 2011, a Vulcabrás-Azaleia fechou 8.900 postos de trabalho em Parobé, no Rio Grande do Sul e em seis cidades do interior da Bahia (em Itarantim, Ibi-cui, Iguai, Itati, Maiquinique e Potiraguá). Em novembro de 2012, doze unidades industriais da empresa na Bahia tiveram as suas atividades encerradas, afetando os municípios de Catibá, Firmino Alves, Itambé, Itapetinga, Itororó e Macarani e demitindo 3.500 trabalhadores.

As últimas demissões representam 12% dos empregos do pólo calçadista na Bahia. Em Firmino Alves, 80% da população economicamente ativa foi desempregada (570 demissões em 693 de empregos formais). Em Itororó, o impacto foi de 60% (1.242 demissões em 2.068 de empregos formais). O Sindicato dos Trabalhadores de Calçados de Itapetinga e Região (Sind-verdade-CUT), diante das demissões, comparece negociando alguns meses complementares de seguro-desemprego e clamando ao governo que atenda às exigências fiscais do ramo calçadista e subsidie as empresas do pólo.

Para o Partido Operário Revolucionário (POR), está claro que as medidas tomadas pelo Estado capitalista em consonância com os interesses da Vulcabrás-Azaleia não serão capazes de combater os efeitos da crise, mas tão somente amainá-los por curto tempo, enquanto destrói forças produtivas e aumenta a exploração sobre os trabalhadores, condenando uma parcela ao desemprego. As medidas fiscais e monetárias adicionais já não têm sido capazes de dar novo fôlego à indústria, como no passado recente. É uma tendência própria do capital, à medida que avança a sua crise de superprodução, avançar sobre as massas.

A resposta ao fechamento de fábricas é ocupá-las, estabelecer o controle operário da produção, exigir a imediata estatização pelo governo, sem indenização, constituir o comitê de fábrica e lutar para que a classe operária como um todo se lance em luta pela conquista da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais aplicadas na produção entre todos aptos ao trabalho). Que se reabram as portas da Vulcabrás-Azaleia, sob o controle operário da produção.



# Lula e Dilma facilitam a desnacionalização de empresas brasileiras

Os dados divulgados pela KPMG indicaram que, no ano de 2012, houve um crescimento da desnacionalização de empresas brasileiras. Vejamos:

2010 – 175

2011 – 208

2012 – 296 empresas desnacionalizadas

Em oito anos de governo petista, foram 1296 empresas nacionais que passaram para o comando de grupos estrangeiros. As consequências são: 1) aumento das remessas de lucros para fora do País. Um crescimento de 238%, de 2004 a 2011; 2) elevação das importações. Nesse mesmo período, as importações aumentaram, em valor, 260%. As empresas passaram a importar os componentes para a montagem de produtos finais ou importaram o produto final. A empresa desnacionalizada ocupa essa função. Trata-se de um brutal saque à economia brasileira e maior submissão do País ao poder das multinacionais.

A burguesia nacional e o governo petista não guardam traços nacionalistas ou protecionistas de defesa do País. Por meio das privatizações, as empresas estatais foram entregues ao capital estrangeiro. Pela via da desnacionalização, empresas

privadas vão parar nas mãos de multinacionais.

São as multinacionais que pressionam o governo para maiores subsídios. Estão por trás dos pleitos da Fiesp de combate a “desindustrialização”. Exigem mais flexibilização das leis trabalhistas e proteção para seus negócios diante da crise econômica. Dilma tem cedido aos seus reclamos. Por outro lado, a burocracia sindical atua em favor da presença das multinacionais, alimentando a ilusão de que essa é a forma de garantir empregos e desenvolver a indústria nacional.

O proletariado está submetido à política da burocracia sindical e anestesiado diante da desnacionalização e das privatizações. Será por meio dessa nefasta experiência com a burocracia que uma parcela da classe operária se erguerá em defesa das reivindicações de emprego e salário e da independência e democracia sindicais. Iniciará, assim, a construção das frações revolucionárias no interior das fábricas.

A luta consequente em defesa dos empregos e dos salários conduzirá o proletariado a expropriar os ramos fundamentais controlados pelo grande capital internacional e nacional. Evidentemente, essa tarefa depende da construção do partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

## Latifundiário e governo são responsáveis pelo assassinato de Cicero Guedes

O Coordenador da ocupação do MST na Usina Cambahyba (RJ), Cicero Guedes, foi morto por pistoleiros, no dia 25 de janeiro. As fazendas da Usina Cambahyba foram consideradas pelo Incra como terras improdutivas e há 14 anos estão para ser desapropriadas. As dívidas dos proprietários para com o governo federal são volumosas. Também veio à tona a revelação de Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, de que os fornos da Cambahyba foram usados pela ditadura militar para queimar 10 corpos de militantes de esquerda. Fato narrado no livro “Memórias de uma guerra suja”. Apesar da dívida de milhões aos cofres públicos e da ação da ditadura militar, nem Lula, nem Dilma desapropriaram as fazendas.

O MST já havia ocupado em 2000 essas terras e foram desalojados por decisão judicial. Essa é a segunda ocupação, na

qual Cicero Guedes esteve à frente. Era um dos assentados de Zumbi dos Palmares. E lutava para que o Incra cumprisse a promessa de assentar as famílias que ocupavam o complexo de 7 fazendas da Cambahyba.

A luta dos camponeses pobres pela terra perdeu mais um de seus combatentes. O governo Dilma e os proprietários das fazendas são os responsáveis pelo assassinato. O pistoleiro que executou a ação expressa a barbárie do capitalismo. Foi pago para eliminar um de seus irmãos de sangue.

A questão da terra no Brasil não será resolvida por meio da desapropriação com indenização de terras improdutivas. Fará parte do programa operário de expropriação geral dos meios de produção. Portanto, da revolução social.

## Concentração de terras e miséria no campo

Os dados do último censo agropecuário de 2006 revelam:

- A área ocupada pelas grandes propriedades (mais de 1000 ha) concentra mais de 43% da área total;
- O número de grandes propriedades é de 0,92% Enquanto que:
- As pequenas propriedades (menos de 10 ha) ocupam 2,7% da área total;
- O número de pequenas propriedades concentra um percentual de 47% .

Segundo o Coordenador Nacional do MST, João Pedro Stedile, os dados são também estarrecedores:

- Há cerca de 150 mil famílias de sem-terra vivendo debaixo

de lonas a espera dos assentamentos;

- São 4 milhões de famílias pobres do campo, que vivem do Bolsa Família;
- Milhões de trabalhadores rurais (assalariados) sofrem a brutal exploração – trabalho semiescravo;
- 85% de todas as melhores terras são utilizadas para o plantio da soja, cana, milho, etc. para exportação.

Esse retrato do campo diz por si só: as terras estão nas mãos dos grandes fazendeiros e empresas, os pequenos proprietários vivem à mingua, o proletariado rural padece da violenta exploração e milhões de camponeses estão sem terras.

# Dilma decretou o fim da reforma agrária

O governo Dilma anunciou que sua política é a de melhorar as condições dos assentamentos e não de desapropriar terras. A chamada reforma agrária do PT- desapropriação com indenização para assentar famílias – deixou de ser promessa do governo. Mas, os fatos indicam que não cumpriu as reivindicações dos assentados. E mostram que as ações do governo se voltaram exclusivamente para o agronegócio.

Na realidade, nem Lula, nem Dilma enfrentaram o latifúndio. O número de assentamentos vem reduzindo ano a ano. Houve dois momentos de maior pressão do movimento sem-terra para que os governos assentassem as famílias que viviam debaixo das lonas: em 1996, época do governo Fernando Henrique Cardoso, e no início do governo Lula. No primeiro caso, o movimento camponês intensificou as ocupações após a chacina de Eldorado dos Carajás e, no segundo, havia esperança de que Lula cumprisse a promessa de realizar a “reforma agrária” pela via da compra de terras e assentamentos. Depois desses dois picos, o número foi reduzindo, ao ponto de Dilma se limitar a assentar apenas 23 mil famílias em 117 assentamentos, oriundos de processos antigos de desapropriação.

O governo está prensado. De um lado, grande parte das terras devolutas está nas mãos do agronegócio e, de outro, os 120 milhões de hectares de terras de grandes fazendas consideradas improdutivas, destinadas à reforma agrária, foram contestadas judicialmente. Como protege o agronegócio, não poderá mexer nas terras devolutas e como não está disposto a enfrentar os latifundiários, deixa que a Justiça cumpra o seu papel de proteção à classe capitalista. Por isso, foi obrigado a desfazer a promessa do PT de implementar a “reforma agrária” e anunciar a nova promessa de “ajudar” os já assentados.

## O apoio do MST ao governo do PT enfraqueceu as ocupações de terra

Os dirigentes do MST denunciam em palavras o descaso do governo para com os assentamentos, a concentração de terra, os danos do agronegócio para o campesinato e os baixos números de desapropriação de terras do governo Dilma. Porém, estão amarrados. Apoiam o governo e não farão nada que possa desestabilizar a governabilidade do PT.

Dizem que a morosidade do governo em criar assentamentos fez com que milhares de famílias perdessem a vontade de conseguir terras por meio de ocupações. Apresentam uma fórmula matemática de que se o governo criar 4 assentamentos grandes em cada estado do Brasil, crescerá o número de ocupações na esperança de conseguir terras. Acusa Dilma de não fazer nada pela reforma agrária.

João Pedro Stedile, que formula a política agrária do MST, diz que *“a reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras para os pobres. No atual estágio do capitalismo, a reforma agrária é a construção de um novo modelo de produção. Que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola com outros parâmetros”*. E que a

agricultura seja reorganizada para produzir “alimentos saudáveis”, diversificados e que o governo garanta a compra desses produtos por meio da Conab, que deve ser transformada em empresa pública de abastecimento. Conclui lamentando que Dilma não está “motivada” para tratar disso.

Na realidade, o MST, submetido ao PT, sofreu um retrocesso na capacidade de organização dos camponeses e nas ocupações de terra. Com esse retrocesso, o governo Dilma pôde avançar na aliança com setores de latifundiários, como é o caso da senadora Kátia Abreu. A ultradireitista Kátia Abreu - presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), comanda a ala ruralista no Congresso Nacional, foi uma das proponentes do Código Florestal, membro do partido de Kassab, PSD - se aliou ao governo Dilma. É um possível nome do governo petista para assumir o Ministério da Agricultura.

Como se vê, à medida que as ações do MST encolheram, aumentou a interferência da burguesia ruralista no governo do PT. Os assassinatos de camponeses continuaram impunes e a Justiça mais livre para criminalizar os sem-terra.

**O POR denuncia os crimes dos latifundiários, levantando a bandeira dos tribunais populares para julgar e punir os crimes contra os camponeses;**

**O POR combate as medidas governamentais de proteção à grande propriedade da terra;**

**O POR trabalha para que a questão do campo seja solucionada por meio da revolução agrária.**

A burguesia vem se valendo da falta de uma direção revolucionária que pudesse soldar a aliança operária e camponesa. O retrocesso das ocupações de terra enfraqueceu o MST, expôs seus limites corporativos e sua subserviência ao governo burguês de Dilma. A questão da terra continua sendo uma reivindicação democrática, impossível de ser resolvida pela burguesia e seu governo, seja ele do PT ou de outro partido da ordem capitalista.

O programa de expropriação da grande propriedade da terra e do agronegócio é parte do programa geral de expropriação dos meios de produção. O que implica soldar a luta do campo com a luta fabril, por meio da aliança de classe (operários e camponeses). Sem o programa do proletariado e sem a direção do partido revolucionário, não será possível resolver o problema da terra e erradicar a miséria os milhões de camponeses.

O POR faz campanha contra os crimes dos latifundiários e defende a constituição dos tribunais populares, organismos das massas exploradas para punir os verdadeiros responsáveis pelas chacinas e matanças de camponeses lutadores. Denuncia o governo Dilma de proteger os grandes proprietários em detrimento dos camponeses sem-terra. E atua para projetar a revolução agrária, tão necessária para pôr fim a violenta exploração dos camponeses, que perfazem séculos de nossa história.



# Conferência Regional do POR - Nordeste

O POR realizou sua conferência do Nordeste entre os dias 26 e 27 de janeiro. A conferência reuniu as regionais do Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte. Os companheiros da Paraíba, onde POR também vem se construindo, não puderam estar presentes. O valor da conferência esteve em debater a situação política nacional, internacional e o programa do POR, que será atualizado no Congresso de Julho do nosso partido. Ao prepara-se para a luta das massas, a Conferência do nordeste destacou a importância da superação dos problemas políticos organizativos de suas regionais.

O POR saiu fortalecido de sua conferência. Vem estruturando com firmeza seus quadros revolucionários e acumula uma experiência de duas décadas na construção do partido-programa. Apontou a necessidade de aperfeiçoar sua plataforma de 1993 e armar os explorados com as consignas que os levem a enfrentar-se contra a crise desagregadora do capitalismo. O programa marxista-leninista-trotskista é a arma maior dos revolucionários. Com ele, o partido revolucionário, ainda embrionário, tem nas mãos um guia seguro para atuar na luta de classes e combater o colaboracionismo do centrismo, do estalinismo e do reformismo. A burocracia sindical tem dado provas, diuturnamente, de sua completa falência e traição. Alinha-se aos governos, divide criminosamente as organizações

de massa dos explorados e capitula vergonhosamente ante os ataques da burguesia e do imperialismo. As massas precisam sacudir com força o domínio burocrático que pesa sobre ela. A nova etapa mundial da luta de classes criará as condições favoráveis para esta tarefa histórica. Os revolucionários precisam saber penetrar no seio das massas para ajudá-las a encontrar o caminho da revolução proletária.

A crise mundial capitalista ocupou um importante lugar nos debates da Conferência. Ela não poupará a economia brasileira e as massas oprimidas. O proletariado brasileiro terá de reagir contra as demissões e fechamento de fábricas. Os camponeses, que no nordeste ressentem-se de uma terrível miséria, agravada pela seca, terão de levantar-se contra a fome e o domínio latifundiário e do agronegócio. A juventude pobre e desempregada terá de bater-se pelo acesso ao ensino e lazer. A Conferência do POR, que aprovou suas resoluções e uma declaração política, buscou responder a todos estes acontecimentos da luta de classes nacional e internacional com a convocação dos explorados para a mais urgente das tarefas: a construção do partido operário revolucionário, seção brasileira do Comitê de Enlace.

Viva a Conferência regional do POR!

## Declaração da Conferência Regional do POR/SP

Nos dias 12 e 13 de janeiro foi realizada a Conferência Regional do POR, em São Paulo, contando com a presença das regionais dos estados de São Paulo, Paraná, Paraíba e Rondônia. Os delegados aprovaram a declaração que se segue.

1. O capitalismo atravessa uma crise de superprodução e de desintegração econômico-social comparável somente a que tomou conta do capitalismo no período de 1929, que desembocou na 2ª Guerra Mundial. No seu desenvolvimento, ressalta a gigantesca acumulação de riqueza, concentração da propriedade privada dos meios de produção, domínio do capital financeiro parasitário, empobrecimento e miséria da população mundial.
2. A eufórica propaganda do PT, do governo lulista e da burocracia sindical cutista sobre o “crescimento sustentável, com distribuição de renda” já não tem como ser mantida, a não ser quixotesicamente. O governo Dilma está diante da marcha da crise mundial devastadora, marcada pela recessão na Europa Ocidental, longa estagnação do Japão e quase recessão nos Estados Unidos. O Brasil vem sendo arrastado pela vertiginosa tendência desintegradora, apesar das margens de manobra que ainda tem e dos quais o governo petista vem se utilizando.
3. Uma das consequências mais sensíveis que se manifesta na economia interna é a do abrupto freio imposto à indústria. O ano que finda se caracteriza pelas forças recessivas que atingiram a maior parte dos ramos industriais. Externa e internamente, o mercado de bens manufaturados se mostra saturado. O Brasil, como um dos países semicoloniais mais industrializados da América Latina, expressará em larga escala a crise de superprodução.

4. A queda do crescimento somente não foi estarrecedora porque conta com a exportação de commodities (matérias-primas e produtos agroindustriais) e com o agigantamento dos serviços. A crise expôs a enorme dependência do Brasil às commodities, o peso excessivo dos serviços e o controle multinacional dos ramos fundamentais da indústria. O que quer dizer que a burguesia e seu governo não têm como enfrentar a crise mundial com medidas de defesa da economia nacional e de proteção à vida de seus explorados.
5. As possibilidades do governo petista para administrar as pressões da crise mundial de superprodução estão determinadas pelos interesses do grande capital. O que está levando a presidente Dilma Rousseff a saquear os cofres públicos em benefício da fração capitalista mais poderosa, a aumentar o endividamento do Tesouro, a privatizar o que resta de controle estatal e a depauperar o funcionalismo.
6. O movimento grevista ameaçou se levantar como uma força dos trabalhadores contrária à intensa exploração, inclusive em um setor da pequena-burguesia acomodada, como os docentes universitários federais. Mas o que mais se destacou foram as greves-levantes nos canteiros de obras do PAC. A operação de guerra montada por Dilma para proteger as empreiteiras, lançando mão da Força Nacional de Defesa, criada por Lula, evidenciou o caráter anti-operário do governo petista. A crise empurra o petismo a ser duro com o descontentamento dos explorados.
7. A taxa de desemprego continuou baixa em 2012, para os padrões da economia brasileira, marcada quase sempre por um enorme excedente de mão-de-obra. Mas a indústria mais demitiu que contratou. No momento em que a crise

atingir em grande escala as exportações de commodities e o setor de serviços arrefecer sua ascensão, o desemprego industrial e geral voltará a ser o velho tormento das famílias de trabalhadores. Há sinais de que as demissões estão de volta, não mais só como um meio de rotatividade e redução do custo da força de trabalho.

8. As medidas de desoneração da folha de pagamento, que quase isenta as poderosas multinacionais e setores nacionais de recolherem a sua parcela para o INSS, recairão sobre o sistema de aposentadoria e agravarão as condições precárias dos aposentados. As reformas da Previdência nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva sacrificam a força de trabalho que envelhece produzindo montanhas de riquezas, apropriadas pela classe capitalista. A desoneração é mais um golpe contra as conquistas dos trabalhadores.
9. O governo petista vem privilegiando as multinacionais, principalmente as montadoras. Os incentivos fiscais não evitam que a vultuosa crise de superprodução mundial do ramo automotivo atinja o Brasil. Tem amortecido a queda nas vendas, mas provisoriamente. O efeito principal da redução e isenção do IPI é de proteger a alta lucratividade do capital estrangeiro. O que mostra a submissão do petismo às exigências das multinacionais, que lhe apresentam a ameaça de demissão em massa. Ao se curvar diante do poder econômico do capital imperialista, o governo Dilma mostra o quanto é antinacional.
10. A política econômica do governo Lula se caracterizou pela manutenção dos fundamentos estabelecidos pelo Plano de Estabilização do governo de FHC, ditado pelo FMI. O crescimento mundial, que amparou a administração do PT, permitiu que o endividamento da população, especialmente da classe média, alimentasse o ciclo de crescimento no Brasil. O aumento do salário-mínimo acima da inflação e os planos assistencialistas compuseram, com o financiamento em grande escala, o combustível da elevação do PIB.
11. As multinacionais não pressionam apenas o governo, mas também a burocracia sindical. Respondem à crise de superprodução e à brutal concorrência com medidas que lhes permitem garantir a lucratividade à custa de maiores sacrifícios dos operários. A “flexibilização do trabalho” resulta em redução de salários. É apresentada pela burocracia como uma via de se evitarem demissões. Na realidade, é uma via das multinacionais protegerem os seus lucros. Não por acaso, a “flexibilização” imposta pelas multinacionais e aceita pela burocracia é uma cópia do que se faz na Alemanha.
12. Os “acordos” de flexibilização têm enfraquecido o movimento sindical. Os setores mais avançados do proletariado brasileiro refluíram no último período, principalmente o metalúrgico. As burocracias petistas e forcistas, altamente profissionalizadas e autoritariamente centralizadas no aparato, auxiliam a burguesia a concretizar o planejamento de seus negócios e o governo a administrar o capitalismo. A estatização dos sindicatos constitui um dos grandes obstá-

culos para a classe operária levantar um programa próprio diante da crise.

13. A experiência pela qual ainda passam os metalúrgicos da General Motors (GM) de São José dos Campos indica até que ponto retrocedeu o movimento operário em relação à sua recomposição no final da ditadura militar. A direção do sindicato está sob o controle da Central Sindical e Popular-Conlutas (CSP-C) e PSTU, que sempre rechaçou a flexibilização e condenou a burocracia petista. Diante da ameaça de fechamento de um setor da produção e de demissões de 1.500 operários, assinou um acordo de suspensão temporária, nos moldes daqueles contraídos pelos burocratas do Sindicato Metalúrgico do ABC.
14. Nenhum movimento ou sindicato isolado suporta a pressão do grande capital. Esse é um problema estratégico. A classe operária está atomizada em sindicatos corporativos e em uma dezena de centrais. A CSP-Conlutas, que cindiu a CUT em nome de um sindicalismo classista, teve seu teste na importante região fabril de São José dos Campos. Não foi capaz de constituir uma trincheira de enfrentamento aos ataques das multinacionais e de superação da fragmentação do movimento operário. A assinatura do acordo de flexibilização foi uma capitulação, e não uma simples manobra tática, como dizem os dirigentes do sindicato e da CSP-Conlutas. Ao lado disso, a política centrista do PSTU levou a CSP-Conlutas a ingressar na mesa tripartite (governo, empresários e centrais sindicais), que teve e tem por objetivo acabar com as greves-levantes nos canteiros de obras das usinas.
15. A Conferência considera correta a linha que o POR tem traçado e praticado em defesa de um programa proletário para a crise, da reconquista dos sindicatos pelos trabalhadores e da unidade sindical do explorados. Trata-se de um severo combate às posições do sindicalismo burocrático, do colaboracionismo e do divisionismo. As reivindicações transitórias do Programa de Transição mantêm sua vigência. A tarefa revolucionária consiste em aplicá-las de acordo com as necessidades e as tendências de luta da classe operária e dos demais explorados. O trabalho do POR em penetrar no seio da classe operária ganha maiores exigências perante a crise e as mudanças que já se apresentam no ânimo dos explorados.
16. O movimento camponês vem sofrendo um retrocesso em sua capacidade de ocupar terras e impor ao governo os assentamentos. As ilusões de que o PT constituiria um governo “democrático e popular”, anti-latifundiário, se evidenciaram já no mandato de Lula, embora este tivesse assumido formalmente a bandeira da reforma agrária e promovido as desapropriações com indenizações. O governo Dilma decretou o fim da “reforma agrária”, ainda que falaciosa. Demagógicamente, diz que sua administração está voltada para proteger os assentamentos já existentes, possibilitar que sejam produtivos e erradicar a sua miséria.
17. Na realidade, tanto o governo de Lula quanto o de Dilma estiveram e estão submetidos à grande propriedade da ter-

ra. O fundamental de sua política agrária está em promover a agroindústria e o agronegócio, em grande medida controlados pelo capital imperialista. A direção do MST trai os interesses dos camponeses ao apoiar e se submeter ao governo burguês petista. Essa política auxiliou a burocracia sindical urbana a evitar uma aproximação entre os pobres do campo e a classe operária. Somente a revolução agrária, que expropriará a grande propriedade, nacionalizará as terras, preservará as pequenas e médias propriedades, dará acesso à terra aos camponeses que dela foram expulsos e coletivizará a produção agroindustrial. Sem a aliança operária e camponesa, os pobres do campo continuarão submetidos aos latifundiários e à miséria. A política revolucionária do proletariado está voltada a conquistar

a maioria oprimida para realizar a tarefa de emancipação de todos os explorados do jugo capitalista por meio da revolução proletária.

18. A resposta do proletariado à crise, que se manifesta com particularidades no Brasil, é de caráter internacional. A burocracia sindical e o governo petista procuram enfileirar a classe operária por detrás do que denominam “indústria nacional”. Com essa política, levam os sindicatos a se submeterem às multinacionais. A falsa defesa dos empregos e dos salários, por essa via, resulta numa oposição da classe operária brasileira em relação à dos demais países. Ao contrário, o internacionalismo consiste em defender os interesses gerais dos explorados e unificá-los mundialmente sobre a base do Programa de Transição.

## Declaração da Conferência Regional do POR (Nordeste)

A Conferência Regional nordeste do POR contou com a presença das regionais do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. As conferências regionais foram realizadas no lugar do Congresso, que foi transferido para julho deste ano. O seu objetivo é o de atualizar o programa do POR, aprovado em janeiro de 1993, portanto há 20 anos. Nesse período, o partido amadureceu baseado na experiência da luta de classes, no trabalho internacional como seção do Comitê de Enlace Pela Reconstrução da IV Internacional e pela necessidade de estabelecer posição diante dos grandes acontecimentos mundiais.

O programa elaborado no III Congresso se mostrou um guia seguro e seus fundamentos permanecem válidos. No seu estudo, que envolveu toda a militância, não se observou nenhum erro de princípio, que pudesse afastar o POR do marxismo-leninismo-trotskismo. Há aspectos conjunturais, que sempre estarão no programa de qualquer partido revolucionário, que podem ser analisados e revistos. Há experiências que precisam ser incorporadas no programa. Somente para exemplo citamos a confirmação da tese do III Congresso sobre a inevitabilidade do reformismo petista concluir como contra-revolucionário, a impossibilidade do MST cumprir um papel revolucionário sem a aliança operário-camponesa e a inesperada cisão da CUT pelo centrismo (PSTU), pelo estalinismo (PCdoB) e pelo partido social democrata pequeno-burguês (PSOL).

Nesse mesmo sentido, comparecem aspectos da crise mundial do capitalismo, a mais ampla e profunda depois da 2ª Guerra Mundial, do processo de restauração capitalista, que em 1993 apenas ganhava corpo. Mas nos deparamos com pontos do programa que necessitam precisão, como é o caso do desenvolvimento das classes sociais no Brasil, que confere uma maior dimensão ao proletariado como classe revolucionária, bem como sua relação com o campesinato e a pequena-burguesia urbana. Não houve alteração na estrutura da economia atrasada e combinada do Brasil semicolonial, mas houve modificações no seu desenvolvimento. O mesmo se pode dizer do seu lugar na América do Sul.

O programa não é estático. Novos problemas, novos acontecimentos exigem seu aperfeiçoamento. O partido deve constantemente avaliar seu grau de aproximação com a realidade que se quer transformar, nacional e internacional. O programa do partido não é senão a aplicação do programa internacional do proletariado às particularidades do país, no nosso caso o Brasil. Avaliamos as mudanças e atualizações do programa do III Congresso sob a luz do Programa de Transição da IV Internacional, que sintetiza as conquistas programáticas do proletariado desde o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels.

Como a militância porista não havia realizado um exaustivo estudo do programa, não poderia coletivamente corrigi-lo e atualizá-lo no Congresso convocado para janeiro, por isso foi transformado em Conferências preparatórias. Entendemos, como marxistas, que o programa é construído no fogo da luta de classes e necessariamente resulta da elaboração coletiva. A militância como um todo deve dominar as leis da revolução proletária, o método do programa de transição, as tarefas e a tática revolucionária.

Além da discussão do programa, a Conferência regional do nordeste se debruçou sobre os documentos da situação internacional, que serviu de base para a Escola de Quadros Internacional do Comitê de Enlace, e sobre a situação nacional, apresentado pelo Comitê Central. Os dois documentos mostram a enorme importância em se compreender o processo da crise estrutural do capitalismo mundial para melhor assimilar suas manifestações no Brasil.

O informe de atividade, crítico e autocrítico, por sua vez, concluiu a Conferência nordeste. Assinalou a importância do trabalho organizativo no seio dos explorados e da juventude, desenvolvimento do POR vinculado à classe operária e formação de quadros marxista-leninista-trotskistas.

Teve especial importância a discussão e aprovação de resoluções referentes a determinados acontecimentos econômicos, políticos e sociais das regionais. O POR, no Ceará, levantou a necessidade de uma resposta à seca que flagela os pobres do campo, agravando as condições de miserabili-

dade e fome. A resolução apresenta um conjunto de reivindicações que protegem imediatamente os camponeses e indica a tarefa de expropriação revolucionária dos latifúndios como uma das medidas estruturais para começar a superar o atraso econômico do campo nordestino e assim combater o flagelo das secas. Neste mesmo estado, está colocada a luta contra as demissões de funcionários municipais pelo prefeito do PSB. A Conferência aprovou uma campanha com base nas reivindicações de estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho.

Na Bahia, teve particular importância o informe sobre o fechamento de fábricas da Vulcabrás-Azaleia. A resolução denuncia a violenta destruição de postos de trabalho pelos capitalistas, já corresponde a 12% dos empregos no pólo calçadista da Bahia. Levanta como resposta a ocupação da fábrica, implantação do controle operário da produção, abertura de toda contabilidade dos capitalistas e estatização sem indenização de toda indústria controlada pela Vulcabrás-Azaleia.

O Rio Grande do Norte apresentou um retrato trágico da saúde pública do estado. O mesmo foi confirmado pelo informe do Ceará. A Conferência aprovou uma resolução contrária à coexistência do sistema público com o sistema privado da saúde. Partindo das reivindicações mais elementares de acesso e atendimento à maioria explorada à saúde, voltada a mobilizar os trabalhadores e a população oprimida, a resolução estabelece a tarefa de expropriação sem indenização do sistema privado de saúde e constituição de um único sistema público, gratuito e controlado pelos trabalhadores.

## Londrina Paraná: Assembleia de trabalhadores derrota proposta salarial miserável da empresa ASK!

No último dia 29, ocorreu mais um episódio da luta dos operadores de telemarketing da ASK! Call Center de Londrina, empresa do grupo Sercomtel de telefonia. A assembleia marcada pelo Sindicato Sinttel teve maioria de operadores contra os representantes do patrão e que conseguiram a vitória do “NÃO” à miserável proposta salarial da empresa, graças ao fortalecimento do movimento desde os fins do ano passado, quando se iniciou o movimento contra as demissões.

Após as demissões dos 5 trabalhadores, por defenderem as reivindicações, a empresa espalhou o terrorismo, ameaçando seus empregos. Porém, a força inédita das duas assembleias anteriores levou à criação do *“comitê de luta por salário e emprego digno” dos trabalhadores da ask!*, fortalecendo a luta pelo salário e emprego dos oprimidos.

Os trabalhadores demitidos chegaram, antes mesmo da criação do comitê, a enfrentar a demissão com instrumentos judiciais pela reintegração dos empregos com o argumento em defesa da liberdade política e contra a perseguição e repressão. Porém, isto permitiu a aproximação da burocracia cutista,

No momento em que realizávamos a Conferência, a intervenção militar da França no Mali confirmava a caracterização de que o capitalismo putrefato impulsiona as tendências bélicas do imperialismo. A Argélia que foi colônia da burguesia francesa e que teve de travar uma guerra de libertação nacional admitiu que os opressores usassem seu espaço aéreo num claro gesto de colaboração. Mais do que isso, matou militantes jihadistas que ocuparam o complexo de gás e vários reféns, negando-se a qualquer negociação. A burguesia argelina e seu governo militar deram provas de que não foram capazes de garantir a independência do País.

A máscara de que as potências estão em guerra contra terroristas desalmados mais uma vez vem por terra, como veio na ocupação do Iraque e do Afeganistão. A intervenção nas lutas internas no Mali é motivada pelos interesses das multinacionais, principalmente daquelas que exploram as matérias primas da África. A Conferência repudiou a guerra rapina e se colocou por realizar um trabalho com o Manifesto do Comitê de Enlace.

As reações antiimperialistas na Argélia e Turquia devem ser seguidas pelos explorados do mundo todo. A Conferência levanta a bandeira:

**Derrotemos a invasão imperialista com o programa e os métodos de luta do proletariado mundial. Em defesa da nação oprimida contra os opressores colonialistas!**

**Viva a Conferência Regional do Partido Operário Revolucionário (POR)!**

**Proletários, explorados e juventude oprimida, ingressem no POR e impulsionem o trabalho internacional de superação da crise de direção!**

que ficou enrolando com a indicação de seus advogados, mas, com a finalidade de usar o movimento para tomar o aparato do Sinttel das mãos da Força Sindical.

Entretanto, eles perceberam a revolta e mobilização combativa dos trabalhadores e tudo fizeram se para não se enfrentarem com o novo prefeito da cidade Alexandre Kreff do PSD. A experiência concreta de traição da política de falsa defesa dos trabalhadores foi uma grande experiência para o movimento, levando ao fortalecimento do comitê, que passou a comandar a luta.

Assim se organizaram panfletagens na porta da empresa, explicando a traição do sindicato que passou por cima das decisões da assembleia – foi negociar sozinho as propostas aprovadas com o patrão e não com a comissão eleita; mostraram a postura antidemocrática de não defender os trabalhadores demitidos; denunciar a proposta de reajuste sem aumento real do salário, ficando a miséria de 720,00, e também a coação dentro da empresa. Esse engajamento ampliou a solidariedade da classe com os demitidos, pois os



trabalhadores enxergavam neles os que realmente lutam pelos direitos coletivos, ao contrário do sindicato, que trabalha para o patrão.=

Na assembleia do dia 29, os trabalhadores organizados e revoltados derrotaram por maioria a proposta miserável que a empresa determinou. Para participar da assembleia, muitos funcionários, organizadamente, foram doar sangue e assim ganhar o dia de folga. Outros diretamente faltaram sabendo que iriam ter o desconto do dia e da suspensão que tomariam no dia seguinte. Inclusive alguns que historicamente sempre estiveram do lado da empresa surpreenderam aderindo às fileiras do movimento. A empresa chegou ao nível de subornar

funcionários de confiança, prática já bastante conhecida, para comparecerem e votarem a seu favor. Mesmo assim foram derrotados.

O sindicato, agora, foi obrigado pela assembleia a retomar negociações com a empresa sobre a base da pauta aprovada anteriormente. O Comitê deve ampliar a sua organização e a coesão com os trabalhadores para resistir às pressões. O movimento pela derrubada do pelego da direção do sindicato tornou-se, depois deste episódio, um objetivo mais concreto para a classe, pois, aprendeu pela experiência a traição da burocracia. **Fora a burocracia pelega do sindicato! Pela democracia sindical e soberania das assembleias!**

## Londrina – PR: boletim Nossa Classe (extrato)

# Emprego e Salário é tudo o que temos!

Os operários e trabalhadores em geral sempre tiveram de enfrentar o desemprego e baixos salários. Hoje, estas desgraças ameaçam com maior violência. A crise econômica que vem atingindo o Brasil já mostrou sua verdadeira natureza. Os trabalhadores do país inteiro estão sendo demitidos sem nenhuma cerimônia, e os que estão trabalhando têm o risco de redução salarial. O desemprego e o aumento do custo de vida vão se ampliar com o aprofundamento da crise econômica. Isso sem contar a enorme parte da população que já está desempregada.

A exigência de todos os trabalhadores de terem um emprego e um salário que garantam sua vida e de sua família é o mínimo que podemos exigir dos capitalistas que exploram nossa força de trabalho. Mas os patrões só pensam no seu lucro e em mais nada! As demissões estão colocadas na ordem do dia; o aumento do custo de vida está num ritmo crescente e o trabalhador está ameaçado de ser lançado no abismo da miséria. Tudo para manter o lucro do capitalista.

COMPANHEIROS! Devemos exigir que o sindicato de nossa categoria lute pelo SALÁRIO MÍNIMO VITAL, que é o valor real do que uma família de quatro pessoas necessita para viver (hoje não menos de R\$ 4.000,00). O salário mínimo atual não consegue garantir a existência de uma família, a não ser a existência com grandes privações. Porém, o salário mínimo vital deve ser acompanhado pela bandeira de ESCALA MÓVEL DE SALÁRIO, que é o aumento automático dos salários em comparação à elevação dos preços!

Para responder ao crescente desemprego, os trabalhadores devem responder com a bandeira de ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO, que nada mais é do que repartir todas as horas disponíveis de trabalho entre todas as pessoas aptas a trabalhar (empregados e desempregados), sem redução salarial. Temos de nos utilizar dessa bandeira para unir os trabalhadores contra o capitalismo.

É evidente que as empresas necessitam de mais trabalhadores, por isso utilizam as “horas extras”, que só servem para esconder o fato que sobra trabalho e não querem contratar mais funcionários. Os motoristas e cobradores do transporte coletivo são exemplo claro disso. Trabalham a carga horária normal e ainda têm que trabalhar as horas extras e fazer outros



## NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!

Ano 11 - Janeiro de 2013
e-mail: [correnteproletaria@yahoo.com.br](mailto:correnteproletaria@yahoo.com.br)
[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)

**Os patrões querem acabar com a função de cobrador para aumentar seus lucros**

O fantasma que assombra os trabalhadores das empresas de transporte público de Londrina é a DEMISSÃO dos cobradores e liquidação dessa função. Esta ameaça vem desde 2011. Os empresários do transporte querem acabar com a função dos cobradores para ter mais lucros; o sindicato Sintrol colabora porque está vendido aos patrões e a prefeitura, que é representante da classe capitalista, apóia os cortes. Companheiros! Devemos resistir às demissões com mobilização! Devemos exigir que o sindicato defenda os empregos!

**Emprego e Salário é tudo o que temos!**

Os operários e trabalhadores em geral, sempre tiveram de enfrentar o desemprego e baixos salários. Hoje estas desgraças ameaçam com maior violência. A crise econômica que vem atingindo o Brasil, já mostrou sua verdadeira natureza. Os trabalhadores do país inteiro estão sendo demitidos sem nenhuma cerimônia, e os que estão trabalhando tem o risco de redução salarial. O desemprego e o aumento do custo de vida vão se ampliar com o aprofundamento da crise econômica. Isso sem contar a enorme parte da população que já está desempregada.

A exigência de todos os trabalhadores de terem um emprego e um salário que garantam sua vida e de sua família é o mínimo que podemos exigir dos capitalistas que exploram nossa força de trabalho. Mas os patrões só pensam no seu lucro e em mais nada! As demissões estão colocadas na ordem do dia; o aumento do custo de vida está num ritmo crescente e o trabalhador está ameaçado a ser lançado no abismo da miséria. Tudo para manter o lucro do capitalista.

COMPANHEIROS! Devemos exigir que o sindicato de nossa categoria lute pelo SALÁRIO MÍNIMO VITAL, que é o valor real do que uma família de quatro pessoas necessita para viver (hoje não menos de R\$ 4.000,00). O salário mínimo atual não consegue garantir a existência de uma família, a não ser a existência com grandes privações. Porém o salário mínimo vital deve ser acompanhado pela bandeira de ESCALA MÓVEL DE SALÁRIO, que é o aumento automático dos salários em comparação à elevação dos preços!

Para responder ao crescente desemprego os trabalhadores devem responder com a bandeira de ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO, que nada mais é do que repartir todas as horas disponíveis de trabalho entre todas as pessoas aptas a trabalhar (empregados e desempregados), sem redução salarial. Temos que nos utilizar dessa bandeira para unir os trabalhadores contra o capitalismo.

É evidente que as empresas necessitam de mais trabalhadores, por isso se utilizam as “horas extras”, que só serve para esconder o fato que sobra trabalho e não querem contratar mais funcionários. Os motoristas e cobradores do transporte coletivo são exemplo claro disso. Trabalham a carga horária normal e ainda tem que trabalhar às horas extras e fazer outros bicos para complementar a renda.

O desemprego e o aumento do custo de vida afligem nossa classe, por isso devemos defender com toda força estas bandeiras, pois trata-se da vida ou morte dos trabalhadores!

**NÃO ACEITAMOS NENHUMA DEMISSÃO!**

**O DIREITO AO TRABALHO É O ÚNICO DIREITO SÉRIO QUE O TRABALHADOR TEM NUMA SOCIEDADE FUNDADA SOBRE A EXPLORAÇÃO!**

**ABAIXO O SALÁRIO MÍNIMO DE FOME, PELO SALÁRIO MÍNIMO VITAL!**



bicos para complementar a renda.

O desemprego e o aumento do custo de vida afligem nossa classe, por isso devemos defender com toda força estas bandeiras, pois trata-se da vida ou morte dos trabalhadores!

**NÃO ACEITAMOS NENHUMA DEMISSÃO!**  
**O DIREITO AO TRABALHO É O ÚNICO DIREITO SÉRIO QUE O TRABALHADOR TEM NUMA SOCIEDADE FUNDADA SOBRE A EXPLORAÇÃO!**  
**ABAIXO O SALÁRIO MÍNIMO DE FOME, PELO SALÁRIO MÍNIMO VITAL!**

# Breve avaliação e perspectiva de luta para 2013

Rondônia é um estado novo. Expressa o atraso econômico do capitalismo decadente e sua lei de desenvolvimento desigual e combinado. A formação do estado se deu pela ação migratória das demais regiões do país e, assim, a política econômica refletiu essas características. Desde que passou de território Federal para estado, tem sido administrado por governos ligados aos partidos oligárquicos do país.

O governador eleito, Confúcio Moura/PMDB, no primeiro ano de mandato, enfrentou a greve dos trabalhadores da educação. Contou com a colaboração da burocracia sindical para quebrar o movimento, sem que houvesse um desgaste prematuro de seu governo. No segundo ano, continuou a enfrentar greves em outros setores do serviço público, como a saúde, policiais militares, policiais civis e demais servidores administrativos do palácio.

A saúde pública é uma das maiores violências contra a vida da população pobre. A precariedade do Pronto Socorro do Estado, o João Paulo II, foi noticiário nacional. O Hospital de Base Ary Pinheiro, maior hospital do estado, também tem sido denunciado pelas precárias condições de funcionamento.

O governo foi atingido em função das investigações de corrupção. Na “Operação Termópilas” um de seus assessores e o secretário de administração também foram presos, acusados de desvios de milhões de reais da saúde. Nessa ocasião, o presidente da assembleia, Walter Araújo (PTB), foi cassado e se encontra foragido.

No último período, o governo tem sido alvo de denúncias de irregularidades na administração. O atual presidente da Assembleia Legislativa, Hermínio Coelho (PSD), anunciou que o estado estava sem dinheiro para honrar as dívidas, principalmente com a folha de pagamento dos servidores. Fato que provocou o atraso dos salários dos servidores.

Mas a corrupção não para aí. O seu secretário de cultura foi preso na “Operação Vórtice e Endemia”, que afastou também o prefeito petista Roberto Sobrinho.

A corrupção na administração municipal é parte da do estado. Roberto Sobrinho/PT passou oito anos na prefeitura. Volta e meia apareciam denúncias de corrupção. Porém, eram abafadas. Mas, quando faltava aproximadamente um mês para o término do mandato, o prefeito petista foi cassado. Quatro de seus secretários ainda permanecem presos.

O novo prefeito, Mário Nazif(PSB), iniciou o mandato elogiando a administração corrupta do PT. Mauro Nazif, em conluio com os empresários, anunciou o aumento das tarifas do transporte coletivo. Embora tenha arrancado voto dos explorados com a promessa de que quebraria o monopólio das empresas atuais do transporte coletivo.

A situação é crítica em Porto Velho. As obras do PAC estão inacabadas. Três mil e duzentas famílias de Sem-Teto ocuparam as obras do PAC, do programa “Minha Casa Minha Vida”. Estão hoje acampados em frente à prefeitura à espera de casas para morar.

Esse breve quadro da situação do estado de Rondônia e da capital, Porto Velho, revela o quanto os governadores, prefeitos e parlamentares estão envolvidos com a corrupção do dinheiro público. Mostra a precariedade dos serviços públicos. E as condições de penúria dos sem-teto e da população dos bairros pobres. Nosso objetivo é o de impulsionar a luta dos explorados contra os governos corruptos e em defesa das reivindicações elementares da maioria explorada, como moradia, saúde, educação, transporte coletivo, etc.

A Corrente Proletária/POR atua para organizar a luta unitária dos trabalhadores. Tem como método a ação coletiva, a defesa da independência política frente aos governos e partidos burgueses e se apoia na democracia direta.

**Adquira com o distribuidor deste jornal:**

**Boletim do  
Comitê de Enlace pela  
Reconstrução da  
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Fevereiro de 2013 - R\$ 3,00

## Derrotar o imperialismo francês no Mali



**Somente o povo Sírio pode derrubar a ditadura sanguinária de Bashar al-Assad. A defesa da autodeterminação é a garantia de que o levante armado encarna a vontade dos explorados e a independência diante do imperialismo**



**Com uma declaração não se conquistará a soberania do povo palestino. Somente as massas insurretas, enfrentando a opressão nacional e social poderão derrotar o Estado de Israel, romper com o imperialismo e criar as bases para a autodeterminação nacional**



**O Pacto de Havana é a via para administrar a transição política do país, frente ao esgotamento histórico do chavismo e sua impotência para reverter o atraso econômico da nação**



**Como construir a Quarta Internacional?**

**Nesta edição:**

- Síria: A defesa da autodeterminação é a garantia de que o levante armado encarna a vontade dos explorados e a independência diante do imperialismo
- Ataque de Israel abre caminho para o intervencionismo imperialista
- Bolívia: “1ª Conferência político-sindical dos trabalhadores”
- Chile: A Revolução no marco da lei conduz ao golpe militar

Artigos do Cerqui  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



**Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional  
Somente o povo Sírio pode derrubar a ditadura sanguinária de  
Bashar al-Assad**

**A defesa da autodeterminação é a  
garantia de que o levante armado  
encarna a vontade dos explorados e a  
independência diante do imperialismo**

A reunião de Doha, no Catar, promovida pelas potências, para constituir uma “Coligação Nacional” entre as frações opositoras e as milícias, foi mais um passo na ingerência do imperialismo na guerra civil. O objetivo das metrópoles é o de forçar as distintas forças a formarem um governo provisório. Não por acaso a França imediatamente anunciou o reconhecimento do governo paralelo.

Não se trata de uma primeira tentativa. Os Estados Unidos, França e Inglaterra já haviam conseguido a conformação do Conselho Nacional Sírio (CNS), aos moldes da experiência líbia. No entanto, sua composição ficou restrita a poucas frações burguesas opositoras, não passando de uma camarilha sem influência sobre os grupos e milícias armados, basta ver que o Exército Livre da Síria não respondeu ao seu comando político.

Armas, recursos materiais e apoio de retaguarda têm sido dados pela Turquia, Catar, Arábia Saudita e até mesmo pela Líbia. Essa interferência conta com incentivos do imperialismo. O presidente Assad acusa a França de traficar armas para os opositores. O governo francês não demonstrou o contrário. Os Estados Unidos têm sido cautelosos em apoiar militarmente o Exército Livre da Síria. Trabalham por detrás dos apoiadores para potenciar a sua capacidade diante do exército de Assad. A meta é enfraquecer político e militarmente o regime, interno e externamente. Tudo indica, porém, que, para dar um golpe final em sua existência, são necessários armamentos mais poderosos.

O atentado de 18 de julho, que matou importantes membros da cúpula governamental, resultou em um poderoso golpe no regime, mas não prenunciou o seu fim iminente, como a imprensa mundial divulgou. O fato da camarilha de Assad manter o controle das Forças Armadas e assegurar a continuidade do apoio de setores da burguesia, inclusive sunitas, mostrou

que o fim do governo não estava próximo. Passaram-se quatro meses do atentado, o número de mortos saltou para mais de 35 mil; e a devastação das principais cidades retrata o cenário de renhidos bombardeios.

Com armamentos e recursos, a guerrilha se consolidou e avançou. Cidades estratégicas caíram em poder dos revoltosos e determinadas localidades fronteiriças, como as da Turquia, por exemplo, contam com o seu controle. O encarniçado combate já percorreu um ano e oito meses. As potências exigiram que Assad entregasse o poder e, então, seria poupado de retaliações. A Liga Árabe e a ONU foram acionadas para pressionar o governo renitente e se obter um acordo. A ideia era a de evitar que o regime caísse sob o fogo das armas e que desse lugar a um governo que não estivesse preso às suas rédeas e que extraísse sua força da derrubada revolucionária do clã, que há 32 anos comanda a Síria com mãos de ferro.

Essa linha desenvolvida pelas potências fracassou. A solução militar passou para o primeiro plano. Ocorre que uma rápida vitória da guerrilha contra as Forças Armadas dependia de ter unificado politicamente a maioria nacional e promovido o armamento da população. O retardamento dessa possibilidade serviu e serve aos objetivos dos Estados Unidos e seus comparsas. Não é bom para o seu domínio a derrubada revolucionária da ditadura bonapartista, que revelou seu esgotamento em um quadro de levantes no Norte da África e no Oriente Médio.

A impossibilidade da oposição armada caminhar sob a ação unitária das massas sírias facilitou a pronta ingerência do imperialismo, como aconteceu na Líbia. O fornecimento de armas é acompanhado de exigências. O fracasso do Conselho Nacional Sírio em unificar as facções em combate se deve não só às diferenças internas, mas também às exigências externas. Não chegam armas capazes de abater a Força Aérea de Assad e os tanques do Exército, porque os Estados Unidos não estão

seguros de que servirão rigorosamente aos seus propósitos. Seria um erro imperdoável do governo Obama, aos olhos da burguesia mundial, se permitisse que tais aparatos de guerra caíssem em mãos dos jihadistas, ou seja, dos nacionalistas anti-norte-americanos.

A via militar mais eficaz é a de lançar a OTAN sobre a Síria. Mas as facilidades políticas não são tão grandes como as que se apresentaram na Líbia. A resistência da Rússia e da China em admitir a criação da zona de exclusão ou a invasão da Síria por terra, por sua vez, tem limitado a ação bélica do imperialismo e de seus auxiliares, como a Turquia. Mas não é esse o maior obstáculo. O fundamental está no perigo de uma invasão provocar uma gigantesca reação das massas árabes. E também ampliar o raio de ação do conflito de Israel com os palestinos e a crise que envolve o Irã.

O imperialismo e a feudal burguesia árabe trabalham com a divisão entre as massas oprimidas do Oriente Médio, incluindo os trabalhadores judeus, e com a perspectiva de bloquear a generalização e unificação das lutas. Os interesses estratégicos do imperialismo assentados na riqueza petrolífera, no entanto, geram choques constantes. Contribuem decisivamente para a emergência desses interesses a divisão dos árabes em fronteiras nacionais impostas pelas potências entre as duas Guerras Mundiais e a criação do Estado de Israel de fora para dentro.

Não se pode, porém, atribuir um peso absoluto a esses fatores e relações. O imperialismo desconhece qualquer barreira quando a sua dominação sofre perigo. É inaceitável supor que não pode ocorrer uma conflagração geral no Oriente Médio. Certamente, o imperialismo mede as consequências e procura limitar o choque, quando pode. É o que explica o descontentamento de Israel com Obama, que não lhe dá carta branca para bombardear o Irã. No momento em que as contradições afloram de conjunto – Irã/Israel/Palestina/ Síria –, os Estados Unidos escolhem métodos e meios que as façam refluir e atacam um alvo de cada vez. As demais potências devem segui-los e os governos servís das semicolônias estão obrigados a aplicar suas ordens. Essa é a linha geral, evidentemente. A prioridade, no momento, é resolver o impasse na Síria. Não seria bom que os sionistas invadissem por terra a Faixa de Gaza.

A compreensão mais geral da crise que se desenvolve no Oriente Médio é imprescindível para formular uma posição revolucionária diante da conflagração síria. Caso a ditadura de Assad tivesse se defendendo de uma investida do imperialismo – como foi o caso da invasão norte-americana no Iraque –, por mais sanguinário que fosse, era dever dos marxistas levantarem a **bandeira da autodeterminação da nação oprimida** e trabalhar por constituir uma **frente única antiimperialista** dirigida pelo proletariado, para derrotar os invasores. O mesmo se aplica no caso em que na guerra civil o imperialismo passe a controlar as forças opositoras burguesas e pequeno-burguesas e intervenha econômico e militarmente para derrubá-lo. A diferença entre uma situação e outra não é de fundamento, mas de combinação de forças.

O fato das massas intervirem tem uma implicação decisiva, que diferencia o primeiro do segundo caso. É necessário que a tarefa de derrubada do governo esteja condicionada à defesa da autodeterminação.

As massas sírias começam sua mobilização buscando por abaixo a ditadura sanguinária e pró-imperialista de Assad. O governo de Assad, apesar de circunstanciais fricções com o imperialismo, como expoente da classe dominante síria, acabou sempre viabili-

zando a opressão e o saque imperialista, provavelmente, limitando certos acessos ou aplicando certas políticas nem sempre do agrado das transnacionais imperialistas, mas possibilitando finalmente e a cabo o saque imperialista. O imperialismo gostaria de um governo mais dócil e servil.

A luta das massas para derrocar o governo de Assad, laço do imperialismo, é parte da luta da nação oprimida por sua libertação nacional e social. A ausência de uma direção revolucionária proletária que encabece esta luta é um fato decisivo que marca a foga o desenvolvimento dos acontecimentos posteriores. O imperialismo intervém no afã de ganhar a confiança dos lutadores e dirigir as massas para objetivos burgueses imperialistas que implicam uma maior submissão e saque da nação oprimida, que concluirá reforçando as cadeias que mantêm o atraso, a fome e a miséria generalizada. Esta manobra deve ser rechaçada e desmascarada.

Desde o princípio, o conteúdo último da luta das massas tem sido antiimperialista, é isso o que, acima de qualquer consideração nos interessa evitar que se desvirtue, seja desfigurado ou desviado para outras causas, inclusive opostas. Adotamos nesse assunto uma intransigente posição antiimperialista, acima de qualquer outra consideração, é uma atitude que não depende do estado de ânimo dos lutadores e suas simpatias, antipatias ou disposições circunstanciais. Simplesmente, por princípio rechaçamos a ingerência imperialista em qualquer nação oprimida, ainda que esta ingerência seja apresentada como um ato de defesa da “democracia” contra a “ditadura”, isso porque a intervenção imperialista significa reforçar a vigência do capitalismo, do encadeamento do proletariado ao capital, da perpetuação das condições de opressão nacional e social. Não aceitamos a “ajuda” do imperialismo; para acertar contas com os tiranos locais que nos governam, é a nação oprimida à cabeça do proletariado a que se encarregará dos tiranos nativos lacaios do imperialismo.

O problema central é quem dirige a luta antiimperialista: o proletariado ou a burguesia. Só o proletariado, por sua condição de classe não proprietária, está em condições de sustentar uma política consequentemente antiimperialista e de unificar a nação oprimida em torno dela, as outras classes sociais, adotam poses antiimperialistas para concluir negociando novos termos de submissão ao capital financeiro.

O concreto é que a luta atual, enquanto estiver dirigida por setores burgueses ou pequeno burgueses, está, de antemão, condenada a trazer para as massas maior opressão, exploração e miséria, ou seja, a derrota. Isto, ainda que os opositores, graças ao armamento facilitado pelo imperialismo, alcancem a vitória em seu afã por derrotar Assad e instalar um governo mais laço ainda. O novo governo surgido dessas condições mais cedo que tarde terminará novamente chocando com as massas famintas.

¿Que relação pode haver entre a ausência da direção revolucionária do proletariado e a intervenção imperialista na Síria? São os lados opostos da contradição que determinam o destino do conflito sírio, a forma que adquire a contradição fundamental.

A ausência da direção revolucionária do proletariado facilita a possibilidade de que a intervenção imperialista contra o governo de Assad arraste as massas por trás da perspectiva burguesa imperialista, ou seja, assegura que haverá uma saída burguesa para a crise política do país.

A tarefa de defender o direito à autodeterminação, elaborada por setores burgueses ou pequeno burgueses, sejam oficia-



listas ou da oposição ao governo de turno, cedo ou tarde será abandonada por eles, para concluir renegociando os termos da submissão. A tarefa democrática de defesa do direito à autodeterminação passou definitivamente para as mãos do proletariado; por seus interesses materiais, as outras classes (classes proprietárias), são incapazes de sustentá-la consequentemente.

Daí que no conflito sírio o problema central seja quem dirige a luta para acabar com o governo de Assad lacaios do imperialismo: o proletariado revolucionário, o próprio imperialismo por trás da máscara de algum lutador “rebelde”, ou algum grupo pequeno burguês supostamente antiimperialista e por sua vez inimigo de Assad, mas defensor da propriedade privada em todas as suas formas, como são por exemplo os fundamentalistas islâmicos.

O proletariado sírio tem possibilidades de disputar a direção da luta da nação oprimida pela derrocada do governo de Assad e contra a intervenção imperialista em defesa do direito à autodeterminação?. Nas atuais condições, NÃO, não há partido, não há independência de classe, o certo é que o proletariado está dissolvido na massa dos lutadores de todos os bandos, prisioneiro da confusão. Alguns proletários gritando “*Abaixo Assad*”, outros proletários gritando “*Abaixo a intervenção imperialista*” e outros gritando simultaneamente “*Abaixo Assad, Fora o imperialismo, Viva o Islã*”, todos por trás de alguma direção burguesa ou pequeno burguesa.

Que deveria dizer o proletariado revolucionário?. Fora o imperialismo. Com Assad, que, sabemos, é um lacaios do imperialismo disfarçado de “antiimperialista”, ajustaremos contas nós mesmos em casa. Não negociamos nosso direito à autodeterminação com ninguém. Convocamos a unidade da nação oprimida por trás do objetivo de por em pé um governo revolucionário de operários e camponeses, construído sobre a base de expropriar todos os grandes meios de produção, a feudal burguesia e o imperialismo. Mas, até onde se sabe, não há quem, a partir das massas em luta, diga isso. Necessitamos do Partido Operário Revolucionário, capaz de disputar a direção da luta da nação oprimida, esta é a questão fundamental.

As correntes de esquerda quase sem exceção violaram esse princípio e essa posição tático-estratégica ao manterem a bandeira de “*Abaixo Kadafi*” quando o País estava sitiado pelas Forças Áreas da OTAN. Ao transgredir esse princípio, colocaram-se

em posição revisionista do marxismo. Não se trata de se agarrar mecanicamente ao princípio da autodeterminação da nação oprimida perante o imperialismo. Mas de aplicá-la segundo a evolução dos acontecimentos internos e externos. Está claro que a derrubada do regime de Assad, agora, depende de uma maior e mais decidida intervenção do imperialismo, a não ser que haja uma reviravolta na luta de classes. Não se coloca, portanto, a bandeira de “*Abaixo Assad*”.

**O Comitê de Enlace se coloca pela tarefa de organizar os explorados sírios em luta no terreno da autodeterminação da Síria, do rompimento do Exército Livre da Síria com o Conselho Nacional Sírio e com a nova Coligação Nacional e expulsão do imperialismo e dos seus serviços. Rechaça o “Conselho Superior Militar”, cuja função é a de subordinar as milícias e a guerrilha aos ditames dos agentes do Pentágono e da OTAN. Não aceita nenhuma “ajuda” da Turquia, Arábia Saudita, Catar e outros lacaios das potências, por não estar de acordo com as tarefas de derrubada do governo sanguinário e de conquista da autodeterminação da Síria. Somente o povo sírio em luta, apoiado na revolta dos explorados do Oriente Médio e no movimento revolucionário mundial antiimperialista e anticapitalista poderá decidir a sorte do regime burguês de Assad.**

Sem dúvida, o grande obstáculo para que o levante dos explorados se conduza no terreno da luta de classes é a ausência de uma direção revolucionária. Sob o desmoronamento do governo de Assad, fervilham as disputas burguesas, pequeno-burguesas, nacionalistas, pró-imperialistas e religiosas. Nenhuma expressão do nacionalismo burguês e pequeno-burguês poderá levar a maioria explorada a constituir um governo revolucionário, que exproprie a burguesia, transforme a grande propriedade dos meios de produção e rompa com a dominação imperialista. É o que demonstraram os levantes na Tunísia, Egito e Líbia. No entanto, as massas realizam uma grande experiência revolucionária que será o sementeiro para o nascimento de uma direção que encarne o programa do marxismo-leninismo-trotskismo.

Viva o levante das massas contra o governo burguês sanguinário de Bashar al-Assad!

Pelo armamento da população!

Pela autodeterminação da Síria!

Fora o imperialismo e seus lacaios!

## Síria

# Ataque de Israel abre caminho para o intervencionismo imperialista

A guerra interna entre a ditadura de Bashar Assad e a oposição há muito foi internacionalizada. Mas o imperialismo – a mesma coligação que enviou a OTAN contra o governo de Muamar Kadafi – permaneceu nos bastidores, calculando o momento de ocupar um lugar mais decisivo na derrubada de Assad. Israel acaba de abrir caminho para a intervenção militar, bombardeando um centro de pesquisa bélica e um carregamento de armas, que iria para o Líbano.

As informações, ainda imprecisas, indicam que o imperialismo aperta o cerco e poderá avançar no objetivo intervencionista. Há quem diga que se trata de uma decisão isolada de Israel, que teme pelo armamento do Hezbollah. Mas não é

bem assim. Os Estados Unidos e seus comparsas acusaram o regime de Assad de pretender usar armas químicas contra a guerrilha opositora. Caso movimentasse essas armas, haveria intervenção. O governo desmentiu a denúncia. Israel está com a sua aviação preparada para atacar a Síria, sob a alegação de que armas químicas e mísseis modernos russos desequilibrariam a relação de forças na região.

Não é a primeira vez que o Estado sionista bombardeia instalações da Síria, em um ato de guerra. Em 2007, despejou bombas sobre uma planta de usina nuclear. A ordem é de que somente o Estado sionista pode ter armamentos sofisticados e com grande capacidade de destruição. De forma que atue como



uma força opressora às nações árabes. Contando com o apoio do imperialismo, a burguesia sionista toma a decisão que bem entender diante de seus inimigos, que se encontram na condição de povos e nações subjugadas pelo capital internacional.

A Turquia está envolvida até o pescoço com uma das alas da oposição pró-imperialista - que conformou um governo no estrangeiro, - e quase entrou em guerra com a Síria. Os Estados Unidos e a OTAN enviaram as baterias antimísseis e as instalaram na região fronteiriça. Como se vê, a possibilidade das potências decidirem pela intervenção está plenamente colocada.

A guerra interna internacionalizada se torna mais e mais sangrenta. O armamento dos inúmeros grupos, fundamentalmente do Exército Livre da Síria, com equipamentos de guerra, potenciou o confronto armado, sem que as massas possam

resolver com seus métodos e com a política do proletariado a derrubada da ditadura de Assad. Estão em choque posições burguesas, cuja presença do imperialismo impossibilita uma solução nacional, com as forças internas.

O bombardeio de Israel mostrou que a oposição em suas mais diversas variantes continua se apoiando em forças externas opressoras e permanece cega quanto aos resultados desse apoio.

A política do proletariado condena o ataque do Estado sionista e o cerco montado pelo imperialismo. Levanta a bandeira da autodeterminação da Síria. Estando a nação oprimida sob ataque do imperialismo (o Estado sionista é um braço do imperialismo no Oriente Médio), todas as armas devem se voltar contra os seus opressores.

## **Bolívia: “1ª Conferência político-sindical dos trabalhadores”**

# **Que tipo de instrumento político pode construir a burocracia?**

No cenário nacional, desponta a possibilidade de um recrudescimento da luta de classes, a partir das consequências oriundas da crise capitalista e também do descontentamento político acumulado em um número cada vez maior de setores populares. O próximo conflito em torno do reajuste salarial e da Lei das pensões enfrentará as bases trabalhadoras mais descontentes e um governo mais prepotente e direitizado. A burocracia sindical, para não ficar à margem da onda social ascendente, deverá reatualizar seu palavreado “radical”, combinado com sua prática conservadora de se comprometer com pactos obscenos com o governo. Politicamente, a burocracia sindical é a mistura entre o primitivismo político e a esperteza crioula (*burguesia nativa*).

Foram muito propagandeadas as posições nas bases que respaldaram na Conferência a ideia do Instrumento Político dos Trabalhadores (IPT). Por um lado, estão os dirigentes que abertamente têm se mostrado oficialistas e que agora, em uma virada tão comum à sua condição moral e política, querem desesperadamente realizar os trâmites legais para conformar o “partido” que participe nas eleições de 2014. Os trabalhadores de base, cheios de indignação (ou de riso?) ao ver muitos de seus dirigentes, calorosos defensores do “processo de mudança”, exigir a imediata fundação do IPT. Muito próximo a eles, mas levemente distintos, estão os dirigentes que são a cara “radical” da burocracia sindical. Os aficcionados em fazer piadas contra o governo nos meios de comunicação, mas que, segundo dizem fontes de primeira mão, nas reuniões às portas fechadas com Evo Morales não se atrevem nem a olhar nos olhos do caudilho que maltrata, a seu gosto e sabor, os dirigentes da COB e seus assessores.

Há também o triste papel dos grupelhos de impostores que se autoproclamam “trotskistas”. Na Argentina, o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) diz lutar em favor de uma corrente antiburocrática e de esquerda nas bases do sindicalismo. Pois bem, na Bolívia, a “seção” deste partido é a quinta roda do carro da burocracia sindical, tão corrupta e perseguidora dos lutadores como a burocracia peronista, procurando se desenvolver politicamente oferecendo-lhe lirismo “revolucionário” às ambições da direção que sonha com partidos eleitoreiros.

Os eternos acusadores do POR boliviano, que não contam com a penetração política real em nenhum setor e, paradoxalmente, o consideram “sectário” ao negar-se a ser o trampolim para as aventuras de certos dirigentes sindicais, estão metidos na política abertamente oportunista que pretende dar lugar à empresa mais sectária de todas: construir redutos de politiqueiros que se aproveitam das organizações sindicais que são dos trabalhadores de base.

A burocracia fixou 30 dias para a “socialização” da declaração de princípios e dos estatutos do IPT. O POR está aberto para debater com as bases para forjar um projeto político de envergadura a partir das organizações sindicais. Não seria a primeira vez que o faz. Primeiro, o Bloco Mineiro Parlamentar e depois a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA) foram formas, em contextos distintos, de Frentes políticas que o POR se dispôs a realizar a partir de organizações de base. Mas sempre se estabeleceram condições elementares para tal tática. Em primeiro lugar, assentar um programa revolucionário, cujos objetivos estratégicos assinalem com clareza a perspectiva de constituir, por meio da revolução social, um governo de operários, camponeses e classes médias pobres. Em segundo lugar, que a dinâmica interna da Frente deve estar assentada na democracia direta, isto é, no controle direto das bases, por meio de suas instâncias naturais de organização, da orientação política e das decisões fundamentais da Frente. No entanto, a burocracia desenvolve sua política de cúpula e de manobras, métodos destinados a orientar o instrumento político para objetivos politiqueiros. O POR e suas frações sindicais terão a tarefa de denunciar diante das bases o caráter veladamente burguês dos objetivos políticos do dito instrumento.

## **O “instrumento político dos trabalhadores”: um reduto eleitoral**

Reuniu-se em Cochabamba o primeiro Encontro Político-sindical convocado pela COB com a finalidade de aprovar o programa e os estatutos do chamado “Instrumento Político dos Trabalhadores” (IPT). A intenção inicial foi, segundo os propiciadores do encontro, debater dois dias sobre ambos documentos que foram redigidos por diferentes setores que ha-

viam sido designados na plenária anterior da COB.

O encontro contou com a presença orgânica dos mineiros, fabris, construtores, trabalhadores da saúde, trabalhadores da previdência social e outros. Notou-se a ausência da CSUTCB, da CONAMAC, da Federação das Mulheres Camponesas “Bartolina Sisa”, das confederações de professores urbanos e rurais, etc., cujos dirigentes são de clara filiação oficialista.

Iniciou-se o evento com a leitura do “Programa de Princípios” e dos estatutos da organização política que se pretende fundar e rapidamente se pôs às claras o que realmente procura a burocracia sindical com a fundação do “Instrumento Político”. O programa de princípios é um documento frouxo que se reduz a assinalar alguns enunciados abstratos como a defesa da democracia, do princípio da unidade e da solidariedade, da autodeterminação das nações originárias, o rechaço à ingerência estrangeira, etc.

No documento está ausente a caracterização do país, de sua complexa estrutura econômica e de sua composição social. Não existe nenhuma explicação das características e possibilidades das classes sociais, não há uma clara posição estratégica e tampouco uma análise das táticas e métodos de luta.

No plano internacional, não há uma caracterização da crise estrutural do sistema capitalista, uma posição frente aos movimentos de rebelião que se operam no mundo diante da agudização da miséria. Não diz nada sobre a restauração capitalista em Cuba e tampouco faz referência aos movimentos reformistas que se apresentam na América, como o Bolivariano na Venezuela, o PT no Brasil e o peronismo na Argentina.

Trata-se de um documento onde todos, reformistas, oportunistas eleitoreiros, expressões democratizantes de direita, etc. podem encontrar acomodação, um documento feito na medida para organizar um grande reduto eleitoral.

A situação é muito preocupante, quando se faz a leitura dos Estatutos. Começa assinalando que o novo partido é respeitoso da Constituição política do Estado Plurinacional e da lei Eleitoral. A forma de organização que propõe é a de um amontoado eleitoral onde todos podem entrar e sair dele.

*O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), como partido marxista-leninista-trotskista, sempre procurou aproveitar as lições da luta de classes mundial. Somente assim é possível construir-se como partido internacionalista. Publicamos um dos textos escrito por Guillermo Lora sobre o trágico golpe militar no Chile, em 1973. A crítica do marxismo ao pacifismo burguês e pequeno-burguês, bem como a tática estalinista da frente popular, que subordina a classe operária a um setor da burguesia, tem imenso valor para a compreensão do porquê a contrarrevolução triunfou no Chile. Com certeza, a construção do partido revolucionário nesse país latino-americano exigirá incorporar as lições do fracasso do socialismo reformista em seu programa.*

## Chile:

# A Revolução no marco da lei conduz ao golpe militar

Dói-nos a derrocada do governo da Unidade Popular (UP) e o trágico desaparecimento do socialismo de Allende. Isso porque em um país latino-americano trinfou o golpe gorila e contrarrevolucionário, o que significa um revés para o movimento revolucionário chileno, latino-americano e mundial. Temos plena consciência de que a derrota no

A grande preocupação dos organizadores é que o tempo para fazer os trâmites da legalização do Partido se esgota. Pretendem aprovar apressadamente o programa, os estatutos, determinar os símbolos, sigla e cores, encher livros com milhares de assinaturas, etc. porque são os requisitos indispensáveis para que a Corte Eleitoral os reconheça como nova entidade política.

O Partido Operário Revolucionário participou do evento por meio da Federação dos Trabalhadores da Educação Urbana de Cochabamba e da Federação Universitária Local da UMSS, com a finalidade de abrir um debate político. Colocou as limitações assinaladas e denunciou que a burocracia está unicamente procurando embarcar-se no eleitoralismo para conseguir alguns currais no parlamento. Também assinalou que já existe um programa revolucionário longamente elaborado pelo POR em constante enfrentamento com as expressões da direita reacionária, com o nacionalismo de conteúdo burguês, com o indigenismo, com o foquismo, com o estalinismo e com as diversas variantes do reformismo. Estando esse programa operário presente, que digam o que não estão de acordo e que coloquem outra perspectiva estratégica. Um debate desta natureza esclareceria melhor o panorama político no campo operário. Os posicionamentos dos militantes revolucionários, rapidamente, encontraram eco nos setores mais radicalizados do encontro, especialmente no setor mineiro.

Não podemos deixar de denunciar que por trás das aventuras eleitoreiras dos dirigentes sindicais estão os oportunistas de toda natureza, que consideram que chegou a hora de subir no aparato estatal burguês. Alguns manuseiam o nome do trotskismo para aparecer como revolucionárias as ideias obscurantistas e reformistas dos burocratas sindicais. A estes impostores aventureiros lhes recomendamos revisar a concepção leninista do partido. Não se pode organizar um partido revolucionário a partir da burocracia sindical. Isso é puro oportunismo reformista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2296, 25 de janeiro de 2013, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

## Guillermo Lora

Chile repercutirá em nosso país, dando maior expressão aos gorilas crioulos. Já em 1891, Balmaceda se suicidou como último e inútil protesto contra um golpe reacionário.

Sustentávamos, invariavelmente, que a via chilena não poderia resultar a não ser a vitória da contrarrevolução, salvo no caso em que tivesse ocorrido o surpreendente fenô-

meno do surgimento de uma direção proletária capaz de conduzir os explorados além dos estreitos limites impostos por essa variante de frente popular, que se chama Unidade Popular, da frouxidão e conservadorismo do Partido Comunista e da heterogeneidade e centrismo do Partido Socialista. Nossa análise e nossas advertências foram confirmadas, desgraçadamente, de maneira trágica.

No momento em que Allende ganhava os votos da Democracia Cristã, lúcida direção da reação chilena, na condição de respeitar a legalidade, a Constituição feita pela burguesia, a integridade do exército, do ensino, isto é, do aparato estatal burguês, estava cavando sua própria sepultura e outorgando uma vitória antecipada à contrarrevolução. A esta capitulação se chamou a via chilena: realizar a revolução dentro da lei burguesa e mantendo intocado o aparato estatal da direita. Chile viveu horas dramáticas protagonizadas por um governo “revolucionário e socialista”, impotente frente ao parlamento, à Controladoria e outros pontos chaves manejados espertamente pela direita. Vimos os “socialistas” chilenos debater-se manietados pelo colossal aparato publicitário, devidamente aceito pela direita economicamente poderosa e pelos dólares norte-americanos.

A revolução chilena só poderia ser salva se se conseguisse mobilizar profundamente as massas exploradas e, para isso, fazia falta um partido revolucionário e não essa cova de direitistas medrosos, que é o Partido Comunista chileno. Isso é o que não quis e não pôde fazer Allende, que nos últimos tempos, em que pese sua militância socialista, aparecia como cabeça de ponte do estalinismo no seio de seu próprio partido. O PCCH podia consentir tudo menos levar a classe operária à revolução, que abrisse a perspectiva socialista. Seu grito de guerra foi e é “rumo ao socialismo com ajuda da lei burguesa”. O estalinismo e Allende desenvolveram e esgotaram a tática de conquistar amplo entendimento com a burguesia representada pela Democracia Cristã (que mantém o controle das duas Câmaras legislativas). Quando surgiram dificuldades por obra da direita, Allende e o Partido Comunista recorreram à classe operária para pedir-lhe pronunciamentos, mas não a convocaram para que varresse do cenário a burguesia e os agentes do imperialismo. Contentavam-se em denunciar, mas não atuaram contra a base econômica dos inimigos do Chile e de sua revolução. Em todo o momento, preferiram abandonar-se nos braços do exército (de forças tradicionais constitucionais, mas que se esquece da Constituição quando sua classe está em grave perigo). Convertendo-o, paulatinamente, em árbitro da situação política. Um exército todo poderoso - sem o necessário contrapeso de uma classe operária organizada, mobilizada e armada para impor sua vontade (essa vontade, temiam mortalmente Allende e o Partido Comunista, não em vão Allende declarou nos primeiros dias de seu governo que sua missão era evitar a ditadura do proletariado) - ti-

nha em suas mãos a possibilidade de “destruir” o Presidente da República quando o achasse conveniente e quando se obtivesse unidade de ação nesse sentido.

A lição é clara: o reformismo, pacifismo e colaboracionismo classista frente-populista do estalinismo conduziu diretamente à derrota da revolução. Se Allende pôde se manter tanto tempo no poder foi graças ao leal e sacrificado apoio da classe operária, que por momento acreditou que o governo da Unidade Popular era seu próprio governo.

Em certo momento de sua existência, o governo da UP acreditou ter descoberto em seu modelo uma via distinta e mais acertada que a da Assembleia Popular, posta em prática na Bolívia. Temos dito que o golpe preventivo gorila para impedir a chegada do proletariado ao poder teve de esmagar a Assembleia Popular. No Chile, o governo da Unidade Popular e sua pacífica abriram o caminho para tornar possível o golpe militar contrarrevolucionário. Esse desgracado desenlace deve incorporar-se como dolorosa lição e ser devidamente aproveitada pelo proletariado chileno e mundial: não há possibilidade de transformar a sociedade atual dentro da lei e do Estado burgueses. A revolução deve se desfazer de todos esses velhos trastes.

A derrota do reformismo no Chile poderá, desgraçadamente, fortalecer essa tendência aventureira e não revolucionária que é o MIR, isso porque no vizinho país a vanguarda revolucionária é muito débil. Contudo, o futuro é seu, sempre que se saiba tirar as devidas conclusões da derrota sofrida e educar dentro delas seus quadros jovens e mesmo a classe trabalhadora.

Observando o firme deslocamento da classe média para a direita (triunfo persistente dos democratas cristãos nas universidades, colégios, etc.), a deterioração da economia que inflava a influência do Partido Democrata Cristão e inclusive a ultradireita (PN), a preponderância crescente do exército que favorecia a reação, sustentávamos, não faz muito, que a burguesia procurava derrotar “legalmente” (eleitoralmente) a UP e, que, por isso, a empurrava para um plebiscito ou a se chocar com os organismos do aparato estatal. Nos últimos momentos, produziram-se variantes políticas importantes: a greve de caminhoneiros e de setores da classe média levou a instabilidade econômica e social para a beira do abismo, o que ameaçava traduzir-se em graves levantes das massas; a penetração da esquerda no exército apareceu diante da hierarquia militar como um grave perigo.

A esses fatores é necessário acrescentar a unidade obtida pelas Forças Armadas em torno do objetivo golpista e se terá à vista os fatores que introduziram uma brusca variante nos planos da burguesia.

La Paz, outubro de 1973

Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo 29